Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 29 de setembro de 2022
Ata N.º 11

No dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e quarenta minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026;

PONTO TRÊS – Nomeação do Auditor externo nos termos do art.º 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

PONTO QUATRO – Constituição de direito de superfície a favor da União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO CINCO – Desafetação do Domínio Público e constituição de Direito de Superfície a favor da Fundação COI para a construção de Estrutura Residencial assistida no âmbito da Estratégia Local de Habitação;

PONTO SEIS – Revogação da deliberação de 30 de junho 2016 – Constituição de direito de superfície a favor da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

PONTO SETE – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Palmela;

PONTO OITO – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO NOVE – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO DEZ – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a União de Freguesias Poceirão e Marateca;

PONTO ONZE – Celebração de Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques e pelo Membro Diamantino de Sousa Pereira.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura:
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;

- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Cristina Maria Palhinhas Moura.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Ricardo Jorge de Oliveira Marques.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raúl Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Erica Sofia Caeiro Ribeirinho,** que se encontra presente.
- **Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. João Manuel da Cruz,** que se encontra presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires,** que se encontra presente.

- **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro,** que se encontra presente.
- **Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Ferreira da Costa, do MCCP,** justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Diamantino de Sousa Pereira,** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra,** que se encontra presente.
- **Sr. Rui Miguel Valente do CH,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão,** que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Duarte Barão do CH,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Valter José Malveiro Ferreira,** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros a **Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho, Sr. João Manuel da Cruz, Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires da CDU, a Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro do PS, a Sr. Diamantino de Sousa Pereira do MCCP, a Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra do PPD/PSD, o Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão e o Sr. Valter José Malveiro Ferreira do CH,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Parece que estamos em condições de poder começar, gostava de endereçar a todos e todas os meus sinceros votos de boa noite enquanto nos vamos sentando, um cumprimento especial a todos e a todas os membros da Assembleia Municipal, um cumprimento ao Sr. Presidente de Câmara, às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, cumprimento também a quem em casa segue esta transmissão, Cumprimento aos Srs. jornalistas presentes na sala, os técnicos do município aqui em exercício de funções, ao público presente a quem desde já endereço os meus agradecimentos por nos terem privilegiado com a sua presença nesta noite e parece que estamos genericamente em condições. Gostava de nesta primeira fase, dizer-vos que temos uma série de substituições de membros das diferentes bancadas e que teremos que dar posse a um dos trinta e um membros hoje aqui presentes em função da ausência de alguns dos elementos das diferentes forças políticas ou movimentos. E, portanto, gostava de chamar, desde já, para que pudesse tomar posse Cláudia Sofia Sebastião Estêvão que substitui Rui Miguel Valente do partido chega.

Para a ausência da Ana Sofia 2ª Secretária da mesa, entendi em função do artigo décimo terceiro, número três, que refere "Na falta de qualquer dos secretários é substituído pelo membro da Assembleia que o Presidente designar" e designo Diamantino Pereira, para meu, 2º Secretário nesta Assembleia Municipal e passamos à chamada.

Temos uma sessão com onze pontos da ordem de trabalhos e temos um período de dicado ao público, que é o primeiro período e um segundo período que é o período antes da ordem do dia dedicado aos senhores e às senhoras membros da Assembleia Municipal. Tentamos que as moções trazidas hoje aqui, enfim, não fossem no número muito elevado, todavia nem sempre é possível conseguirmos este desígnio e, portanto, peço e apelo à vossa capacidade de síntese nesta fase.

Passamos ao período do público, periodo esse em que as intervenções terão que ser feitas no microfone para que fiquem gravadas e posteriormente fixadas em ata, são intervenções que, de acordo com o regimento não devem exceder os cinco minutos e agradecia que fossem circunscritas a matérias que tenham a ver objetivamente com o concelho e que possam depois, se ter, por parte do Sr. Presidente, ou de alguns Vereadores se assim o Sr. Presidente o entender resposta cabal aqui na sessão, portanto, está aberto este período do público."

Período de Intervenção dos Munícipes

Não havendo intervenções, O **Sr. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Temos quarto documentos, uma saudação à "*Festa das Vindimas 2022*", uma moção da CDU, uma moção do MCCP, uma moção do PS e ainda uma recomendação do PPD/PSD que estou a tentar que chega à mesa, porque aparentemente houve aqui uma dificuldade de comunicação com os serviços da Assembleia e, portanto, teremos aqui essa dificuldade, dizer-vos que esta moção eu não vou pedir à senhora 1ª Secretária hoje que leia a mesma moção, esta moção e fruto do trabalho da Comissão de Líderes que reuniu no dia catorze de setembro, Comissão de Líderes é constituída pelos diferentes Líderes de Bancada e por mim enquanto Presidente da Assembleia Municipal e que tentou otimizar um pouco o nosso tempo de hoje e encontrar uma moção que fosse comum a todas as forças políticas aqui apresentados ou movimentos de cidadãos e, portanto, é essa moção que a Dulce Marques vai ler nesta fase, faz favor."

Saudação CDU, PS, MCCP, PPD/PSD, CH, BE "*Festa das Vindimas 2022*"

Tomou a palavra o **Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques** para apresentar a saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH).

Sobre a Saudação foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Sobre esta saudação alguma intervenção? Não?

Votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, e dois do CH).

A **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** iniciou participação nos trabalhos pelas vinte e uma horas e seis minutos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"A CDU, fez-me agora também chegar uma Moção que genericamente é idêntica a data de final é que é outra e, portanto, será essa que eu vou pedir à CDU que faça a leitura.

João Ricardo se faz favor."

Moção CDU "*Avançar – Por Mais e Melhores Transportes*"

Tomou a palavra o **Sr. João Pedro Alves Ricardo** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

A moção na parte final tem algumas repetições que nós devemos tirar sem problema nenhum. Dizer-vos antes de qualquer discussão sobre esta moção que este foi um dos assuntos que na reunião de líderes que ocorreu a catorze de setembro esteve em cima da mesa e, em função disso e, em função daquilo que é a Lei 75/2013, iremos aqui no âmbito da prorrogativa que nos dá o artigo 25 dessa mesma lei, número 5 convocar o secretariado executivo metropolitano nos termos da presente lei, podemos convocá-lo duas vezes por ano para responder perante os seus membros da Assembleia Municipal pelas atividades desenvolvidas no âmbito da Área Metropolitana ou da Comunidade Intermunicipal do respetivo município e, portanto, faremos esta "*démarche*" para termos a curto prazo isso, tive a ocasião de comunicar também esta decisão da Comissão de Líderes ao Sr. Presidente da Câmara quando reuni com ele no dia vinte e dois de setembro, vamos dar duas datas possíveis e vamos tentar que a Área Metropolitana possa estar aqui presente.

Discussão desta moção em cima da mesa, quem quer intervir?

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"(Gravação não audivel, micro desligado.)"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Não posso votar as duas moções em simultâneo, peço desculpa. Sim podemos discuti-las se entenderem, vamos ver era uma coisa que os Líderes deviam ter tentado trazer uma, não foi possível por mim é-me indiferente, mas eu aceito a sugestão, mas vou seguir a metodologia e, portanto, vamos discutir a moção da CDU quem quer intervir?

Carlos Vitorino PSD, faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta Assembleia e aqueles que também não nos assistem em casa e que esta intervenção precisamente pela aquela minha sugestão é já para as duas moções irei obviamente votar favoravelmente, de facto, e permita-me também dar aqui os parabéns à CDU pelo texto e pela moção está, de facto, muito completa e bem elaborada e referir que, de facto neste processo todo e com todas estas falhas os mais prejudicados são, de facto, os mais desfavorecidos, são mesmo as pessoas que não têm alternativas há pessoas que vão tendo alternativas, muitas

prejudicando a sua vida, porque acabam por agarrar no carro vai para a estação e passar a ir de comboio e de barco para chegar a Lisboa, por exemplo, porque os autocarros já não satisfazem, mudam os percursos, agora aquelas pessoas que não têm, de facto, alternativa têm muitas vezes os seus empregos em risco porque sistematicamente, porque o autocarro não apareceu, porque ia cheio e não abriu as portas, aliás, curiosamente hoje assisti a uma situação dessas, mas não foi no o concelho, foi em Fernão Ferro, no concelho do Seixal, em que o autocarro vinha, as pessoas na paragem a mandar parar e ele de fazer sinal que o autocarro ia cheio e essas pessoas têm os seus empregos, de facto, em risco, porque chegam sistematicamente atrasadas e, de facto urge fazer alguma coisa e urge para além da questão das responsabilidades contratuais também termos aquela parte da responsabilidade política, daí a sugestão que o PSD efetuou conferência de Líderes desta audição do secretariado metropolitano como o Sr. Presidente referiu e que foi aceite por todos o que é de louvar, porque, de facto, é uma prorrogativa que nós temos é também questionarmos a Área Metropolitana de Lisboa e o seu conjunto que criou, e que nomeou, e que tem uma administração os transportes metropolitanos de Lisboa para, de facto, nos dizerem o que é que estão a fazer, qual é o processo da situação mais a mais, sabendo, nós que isto está em toda a Área Metropolitana não é só aqui e, aliás, quando começou precisamente com esta zona, verificaram-se os problemas e depois expandiram-se em todos os sítios onde de facto, foi abrindo a Carris Metropolitana que, como dizem muitos utentes é boa quando funciona.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, mas é a Carris e é tudo, são bons quando funciona.

Valentim Pinto, faz favor CDU.

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Boa noite a todos que estão nesta sala e que, eventualmente nos chegam nas suas casas.

Só aqui uma nota ou duas, complementares relativamente à moção que apresentamos, há aqui uma responsabilidade uma responsabilidade, das empresas que estão contratualizadas e nós defendemos que os serviços contratualizados e que não foram executados que não sejam pagos, acho que é uma é uma defesa do interesse público que é também o erário público aquilo que está em causa, e entendemos que deve haver aqui uma exigência muito forte dos municípios, das populações particularmente.

Relativamente a esta matéria e estamos de acordo com uma iniciativa que o município de Setúbal já tomou no sentido de desenvolver algumas ações de luta, neste caso a cidade de Setúbal porque é o município de Setúbal que tomou a iniciativa, obviamente, exatamente protesto contra esta situação, porque é uma situação que como está dito e não vale a pena estar a enfatiza-lo prejudique em ultima estancia os cidadãos destes municípios.

Duas notas finais, por um lado estas dificuldades são dificuldades de incumprimento do que está contratualizado não pode ser um pretexto para a responsabilização politica dos municípios e à tendências que obviamente vão começando a tomar lugar neste sentido de criticar que isto é um problema de municipalização e se tivéssemos com as entidades privadas tudo isto funcionava melhor, foi exatamente o contrario o que a prática mostra é que apesar destas insuficiências que nós criticamos e, por isso, estamos frontalmente contra aquilo que está a ser o incumprimento por parte das empresas, isto não pode esconder não pode obscurecer o salto qualitativo enorme que a Área Metropolitana de Lisboa conheceu em termos de transportes públicos, não só da criação de transportes em zonas que eram impensáveis aqui há meia dúzia de anos que existissem, na redução e na acessibilidade através dos passes intermodais a preços que também diria que eram impensáveis há meia dúzia de anos e, portanto, estas duas notas finais por um lado a não desvalorizar a importância que teve todo este processo, naturalmente exigir o cumprimento daquilo que está contabilizado como é evidente, mas também estar atento às vozes que vão começar a surgir se é que não estão já, no sentido de aproveitar, digamos este incumprimento das empresas, porque se trata de incumprimento das empresas começar a tentar direcionar estas críticas no sentido de uma política ou partidarização deste processo o que é manifestamente injusto, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda.

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite cumprimento, o Sr. Presidente da mesa, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, funcionários da Câmara, Exmos. colegas membros da Assembleia Municipal, a comunicação social, os demais participantes aqui, cidadãos que nos estão a ver também através dos meios digitais.

Relativamente a esta moção, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente, mas também gostaríamos de dizer que realmente as queixas sucedem-se e os problemas têm vindo a agravar-se cada vez mais não só pelo não cumprimento dos horários, mas pelos atrasos, mas por na realidade os autocarros não passam às horas que estão dos definidas, isso causa transtorno a quem tem de utilizar esta carreira e depois também a situação agravou-se ainda mais com início do ano letivo, levando a que muitos alunos chegassem atrasados às aulas e faltassem muitas aulas e por isso, a nossa preocupação é conjunta também e gostaria também de o resultado dessa nossa preocupação, lançar duas questões ao executivo.

Sabemos que houve uma reunião de Câmara com a empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa, a "*Alsa Todi*" no dia vinte e dois de setembro e gostaríamos de saber qual foi o resultado da reunião e que respostas foram dadas pelas empresas e também que medidas é que a Câmara Municipal está disposta a tomar de forma a mitigar estes problemas que têm ocorrido desde que houve esta renovação e esta entrada desta nova empresa para responsável pela Carris Metropolitana.

Disse muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não sei se há mais intervenções?

Pedro Biu, Partido Socialista, sendo que esta intervenção da Tânia me permite é extemporânea, esse é um ponto que podemos tratar no período antes da ordem do dia e não neste período que é discussão desta moção, o Sr. Presidente, com certeza que aludirá a isso a seu tempo, muito obrigado, estamos a discutir peço desculpa a moção.

Sobre a moção alguma intervenção mais? Não? Vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à moção seguinte, moção do Movimento Cidadãos do Concelho de Palmela, quem apresenta?

Carlos Valente faz favor."

Moção MCCP *"Pela urgente normalização do serviço de transporte público rodoviário"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Augusto Garcias Valente** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Sobre esta moção intervenções por favor? Não há intervenções, votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à última moção apresentada pelo Partido Socialista, apresenta Patrícia Caixinha faz favor."

Moção PS "*Respeitar a Religião, Condenar a Violência*"

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Discussão da moção, quem quer intervir?

Joaquim Pires, CDU faz favor."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos, boa noite ao público presente, boa noite a quem lá por casa nos está a ver.

Muito rapidamente e muito sinteticamente, a CDU concorda com o teor desta moção, entendemos que realmente no mundo tão complicado as coisas para melhor só se conseguem através da paz, da solidariedade, da harmonia, da diplomacia e do respeito, naturalmente.

Pensamos que há aqui um paragrafo, que poderia ir mais longe relativamente, às formas de violência que são em todo o mundo deveria ser um pouco mais claro de qualquer modo ainda assim, nós entendemos o texto, é entendido e compreendido com certeza e nós vamos votar a favor."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Carlos Vitorino PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPS/PSD:**

"Só referir que iremos obviamente votar a favor desta moção sendo certo que este caso concreto desta morte dramática que aconteceu no Irão é apenas uma entre milhares que acontecem atualmente, no dia a dia, nas teocracias dominadas pela religião, e não é só o caso do "*hijab*", o que se passa no Afeganistão com o regresso dos talibãs na Arábia Saudita, os direitos das mulheres, dos homossexuais, tudo aquilo que, por cá nós temos como um dado civilizacional adquirido é nalguns países, neste momento, um retrocesso civilizacional que estamos a assistir e é preciso denunciar e é preciso não ter medo de dizer as coisas, por isso votaremos, obviamente a moção.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Sr. Presidente o Bloco de Esquerda irá também juntar-se a esta moção do Partido Socialista e dizer que realmente estamos anos de luz de que os direitos das mulheres sejam sequer iguais aos direitos dos homens no Oriente, estamos a anos, anos milenares de luta e faz todo o sentido juntar-nos aqui e falarmos sobre esta violência que tem existido e que não só existe no Oriente, também existe no Ocidente, porque em vários espectros, nas escolas, nos locais de trabalho, na sociedade em geral, as mulheres continuam a ser fragilizadas continuam a ter mais dificuldades no acesso a um salário igual, no acesso a determinados cargos, os seus vencimentos são relativamente inferiores a um vencimento de um homem por isso, a luta faz-se lá, aqui, através desta moção que o PS trouxe, mas a luta também se faz aqui pelas mulheres daqui, e pelas mulheres de todo o mundo por isso, da minha parte obrigada e votaremos favoravelmente esta moção."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção sobre esta moção? Não existindo nenhuma inscrição, votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Vou perguntar ao secretariado, se a recomendação chegou aos partidos, sim, Colin Marques, então há uma recomendação, mas que eu não tenho agradecia que me fizesse chegar, todos vocês têm menos eu, só está

entregue aos líderes de bancada peço desculpa. Houve aqui aparentemente uma dificuldade, porque a recomendação terá sido enviada e não foi rececionada e, portanto, eu permiti que é a recomendação entrasse neste período em função, enfim, daquilo que me foi mostrado sem dificuldades absolutamente nenhuma, mas só conseguimos fazer este número de cópias faz favor."

Recomendação PPD/PSD "*Atribuição do nome Enfermeira Maria Neves do Vale Cipriano Matos" à nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Anjo*"

Tomou a palavra a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Leitura feita por Mónica Piçarra do PSD, trata-se de uma recomendação de acordo com o nosso regimento também se vota e, portanto, o regimento foi feito por todos, portanto, há uma votação para a recomendação, trata-se contudo, uma recomendação não é uma proposta, não é uma moção, não há aqui uma obrigação é uma recomendação.

Quem quer intervir?

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Obrigada Sr. Presidente José Carlos de Sousa. Eu gostaria de dizer que não poderei votar nem favoravelmente nem contra, pela seguinte razão e passo a explicar, esta recomendação foi entregue agora e aquilo que é pedido é que as recomendações sejam entregues com algum tempo para que as bancadas possam analisar, eu não sei quem é "Enfermeira Maria Neves do Vale Cipriano Matos", poderia saber quem era e ter feito uma análise mais cuidadosa para poder falar sobre ela aqui, se esta recomendação tivesse sido enviada a tempo, como tal não conhecendo, não sabendo o percurso, acreditando naquilo que que o PSD escreveu, no entanto, eu não tenho conhecimento sobre os factos que são aqui apresentados e, pronto, deixo aqui a minha recomendação que, da próxima vez, possam entregar com mais tempo para que as bancadas possam estudar a recomendação e poder a tempo votar em consonância.

Disse, Sr. Presidente obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado.

Patrícia Caixinha, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente José Carlos, fazendo um bocadinho minhas as palavras da Tânia, a bancada do Partido Socialista também não pode votar favoravelmente por não só pela questão do nome da senhora que não está em causa também o seu prestígio, e o seu trabalho, e o seu desempenho que não duvidamos, mas, no entanto, para já a Unidade Familiar infelizmente, ainda não está construída depois, achamos que é um bocadinho prematuro estarmos já a indicar um nome que deverá ser, salvo melhor opinião, discutida em na sede em sede

própria e acho que poderá eventualmente ser criada um grupo de trabalho para se chegar a esse nome consensual.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Há mais gente inscrita, o Carlos Valente, o Colin e depois o Mestre, mas gostava de fazer uma nota que vocês não me corrigiram e eu tenho que me corrigir e, portanto, regimento artigo vinte e sete, número oito "*Para além do que já resulta da lei e deste Regimento, são sujeitos a votação os seguintes documentos; Propostas, Moções, Saudações, e Votos"* ponto nove; "*À Mesa da Assembleia incumbe receber os requerimentos e as recomendações, reencaminhando-as aos órgãos e entidades a que se dirijam*" portanto, não votamos recomendações, peço desculpa por este meu lapso, portanto, não impede nada a discussão, impede só uma votação, sendo que a recomendação é entregue na câmara via Mesa da Assembleia Municipal.

Carlos Valente faz favor. "

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente, exatamente a nossa intervenção vinha nesse sentido que a recomendação não se deve ser votada de qualquer forma, deixar aqui uma palavra de apreço em relação à Recomendação, mas que, de facto o MCCP, tendo sido apanhado aqui um bocadinho de surpresa na apresentação, caso fosse votável que não é, não iríamos votar nem a favor, nem contra, e, portanto, recomendamos também a bancada do PPD/PSD que, numa altura posterior possa apresentar com mais tempo e com mais argumentos para que nós possamos tomar uma posição.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Colin Marques PSD, faz favor."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Permitam-me que cumprimento todos os presentes na sua figura, Sr. Presidente.

Relativamente à nossa Recomendação, ela foi entregue a tempo útil o que se passou foi uma falha técnica não interessa fulanizar, aconteceu como podia ter acontecido noutra Assembleia, esta Assembleia, normalmente os serviços até funcionam bem, como vocês são prova disto, mas, portanto, foi nossa intenção e nós fizemos atempadamente.

Relativamente ao nome da Enfermeira Neves, portanto, foi um nome como diz na própria Recomendação, foi recentemente galardoada com a medalha de grau ouro do município, portanto, o currículo dela foi entregue a todos os membros desta Assembleia, recebeu a medalha a título póstumo, portanto, quando não se conhece quem ganha uma medalha de mérito municipal grau ouro, o que é que eu posso fazer, não é, certamente, não é culpa do PSD.

Agradeço as vossas sugestões no sentido de que é talvez prematuro, embora também é um assunto que nos traz cá da "*USF-Unidade de Saúde Familiar*" e deixamos esta proposta e acho que este nome deve estar em cima da mesa porque é, de certeza uma pessoa que é icónica na saúde da Freguesia da Quinta do Anjo durante décadas e que merece ser equacionado de uma forma séria por todos e seja como for já não foi perdido o tempo de termos cá deixado esta Recomendação.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

António Mestre, se faz favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta sala e aqueles que em casa assistem.

Em relação à Recomendação, uma vez que optámos por a discutir e não seguir só o trâmite para a Mesa, eu acho por bem dizer duas ou três coisas; em primeiro lugar em relação à "*Enfermeira Neves*", como entre nós, na Quinta do Anjo, toda a gente conhece, acho que não se põe sequer em causa a justeza do seu papel na saúde naquela freguesia é demais meritório e teve esse reconhecimento na Comissão de Atribuição de Medalhas, foi uma proposta que trouxemos e que também foi secundada por todos os presentes, agora acontece uma coisa, sobre o nome para a Unidade de Saúde, eu acho que poderemos vir a ter posição, mas essa posição terá que ser recomendada à entidade que atribui o nome, e não a Câmara Municipal, não é a Câmara Municipal que atribui o nome, eu acho que enquanto Assembleia digo isto porque na freguesia também o fizemos devemos recomendar se for esse o caso e há bocadinho a membro da Assembleia, Patrícia Caixinha falava nesta possibilidade de em conjunto se abordar o tema, eu acho que uma posição da Assembleia para recomendar a quem de direito tem que atribuir o nome se for esse o caso que entendamos.

Era só, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

A Recomendação fica então um rodapé."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

É normal que o caro António Mestre, como não leu e eu sei que isso dificulta logo a comunicação, agora a Recomendação previa só o envio para a *"DGS-Direção Geral de Saúde*" daqui da Região de Lisboa e Vale do Tejo e só o que ela pedia era um compromisso relativamente ao nome, que fosse o nome, portanto, dado alguém da terra, porque é uma Unidade de Saúde para a terra, recordo a propósito disso que há pouco, esqueci-me de dizer que esta mesma Assembleia, votou o ano passado por unanimidade, um voto de pesar da morte da "Enfermeira Neves", não é não pode ser assim uma pessoa tão desconhecida fora da Quinta do Anjo.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, não vou fazer comentários.

Vamos avançar, são nove e meia, estamos com uma hora que seria o período de antes da ordem do dia, tivemos neste período com as moções, as recomendações, e as saudações, abro agora um período exatamente para que o Sr. Presidente possa depois também responder ao Bloco de Esquerda nas questões relacionadas com a "Alsa Todi" e abro o período para que outras intervenções que possam ser feitas ainda neste período de antes da ordem do dia, façam favor, Colin Marques PSD se faz favor."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Tenho aqui umas questões que queria colocar neste seguimento da "USF-Unidade de Saúde Familiar" da Quinta do Anjo, e como sei que houve uma reunião no dia catorze de setembro entre elementos de todas as forças que constam na Assembleia de Freguesia da Quinta do Anjo, com o "*ACES – Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida"*, portanto, gostaria também de tentar perceber dessa reunião, e não só, e se através da o Executivo Municipal também tem dados relativos ao início da obra, prazos de construções, início, términus, será que podemos ter alguma previsão de uma de uma abertura, assim como também, portanto, se já se estipula mais ou menos que tipo de recursos humanos irá ser adotado essa Unidade de Saúde Familiar.

Mudando de assunto, mas ainda na mesma freguesia, aberturas de água na freguesia da Quinta do Anjo, sobretudo no local da aldeia, canalizações com mais de cinquenta anos, com ruturas constantes sempre remendadas a questão que eu coloco é que, será que, obviamente que já não em dois mil e vinte e dois, mas em dois mil e vinte e três, podíamos esperar uma intervenção de fundo, sobretudo na zona da aldeia da Quinta do Anjo, onde tem as canalizações mais antigas, também nas Cabanas, mas pronto, agora trago aqui este caso para evitar os constantes desperdícios de água, um bem, cada vez mais caro e raro e, portanto, se nós poderíamos esperar um pouco mais do que os constantes remendos.

Além dos remendos, o problema dos remendos, muitas vezes não são seguidos da respetiva pavimentação isto faz com que fique o buraco, fique em terra e o que agora no inverno, cria lamaçal e dou-vos aqui alguns exemplos, portanto, na Rua Joaquim dos Santos Fernandes, mesmo na aldeia da Quinta do Anjo e também, no Beco e no largo da Palmeira, portanto, temos aqui uma intervenção que eu gostaria de ter algum esclarecimento.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado.

Pedro Biu PS."

Só tenho mais uma inscrição?"

O **Sr. Pedro Biu do PS:**

"Boa noite Sr. Presidente, boa noite a todos os presentes na sala e aos que nos escutam lá fora.

Tenho aqui algumas questões, algumas que já vem de uma Assembleia Municipal que fizemos o ano passado em que gostava de reforçar e de voltar a questionar para saber em que ponto estamos. Começo com uma situação que foi, enfim, favoravelmente resolvida e que também falei nisto o ano passado, tinha que ver com o cruzamento ali na Lagoinha frente à bomba de gasolina a saída da Rua Manuel Teixeira Gomes, onde havia uns blocos de cimento que separavam estrada principal da lateral e que na altura foi dito que iriam ser substituídos os gradeamentos, já foram acho que devemos congratular-nos, temos muito melhor visibilidade para quem sai para a estrada principal que é uma zona perigosa, por isso, acho que devemos congratular-nos por isso.

As outras situações que eu referi também ou que a bancada do PS referiu, tem que ver com aquelas placas dos miradouros que estariam para ser substituídas e orçamentadas, penso que ainda não foram, gostava de saber se se está prevista ou não, e para quando, obviamente que a irresponsabilidade das pessoas que a destrói não é da responsabilidade da Câmara, nem todos nós, infelizmente, enfim, não conseguimos controlar isso, mas arranjar algum material mais duradouro, enfim.

Outra situação que tinha falado e permitam-me insistir que tem que ver com o novo acesso e eu penso que se chama a Avenida General Humberto Delgado, a Venda do Alcaide, ali na estrada em frente ao Parque Industrial, continuo a achar que a estrada não está sinalizada, não há uma indicação de cruzamento, não há uma indicação de faixa de desaceleração, curiosamente, duzentos metros antes à uma indicação no cruzamento e indicação de uma faixa de desaceleração para uma estrada que é um beco, não sei ficou mal feito, mas eu acho que aquela estrada merecia dado o trânsito que tem e o desvio que serve para entrar na Venda do Alcaide deveria ter uma sinalização melhor.

No ano passado também o Largo Dona Maria, aqui a antiga bomba de gasolina, parece que estava um projeto em possível execução, ou em execução, ou em criação para se se melhorar aquele espaço que entretanto deixou de ter a bomba de gasolina e penso que o terreno já pertence à autarquia por isso saber se já há algum plano e para quando e o que é que vai ser feito, eu acho que era interessante, é uma das zonas de entrada de Palmela e confesso que quem vem, quer da Moita, quer de Setúbal, a visibilidade, aquilo que vê, não é muito bonito está sempre ali uma certa desordenação.

Li recentemente que parece que as cores finalmente, dos brasões do fontanário estarão em análise pela Direção Geral do Património, não sei se é assim, ou não, se há alguma perspetiva de termos uma resposta para serem colocadas as cores originais aparentemente serão as cores originais, se há algum desenvolvimento, nesse aspeto.

Subindo um bocadinho aquele muro da Hermenegildo Capelo, parece que já há, também gostava de confirmar se já há um agendamento/intervenção, para aquele muro que que está, enfim, com alguma perigosidade de poder cair, também sabemos que aquilo é um muro particular, mas que enfim, que a Câmara poderia intervir de alguma forma para resolver que é uma situação perigosa, que pode cair em cima de alguém.

Sob a Carris Metropolitana já foi muito falado, só tenho aqui um tema, enfim, e fazendo também das minhas palavras ou usando as palavras da Tânia, as minhas, as questões que ela colocou, também gostava de adiantar se o autocarro do Centro Histórico que havia antigamente quando não havia "*Alsa Todi*" que eu penso que era gratuito para as pessoas em Palmela, já não é, passou a ser também da Carris Metropolitana, eu acho que era um serviço importante, socialmente importante, para as pessoas que se deslocam Centro de Saúde, e à Misericórdia e ao cemitério e por aí fora e, neste momento, acho que é pago, gostava também de saber.

Duas situações e caricatas, mas triste em Palmela que são os recentes furtos quer do busto José Joaquim de Carvalho, ali no Jardim de São João, enfim, sendo uma coisa, estando ao ar livre e público é um furto que só se tivéssemos câmaras se podia apanhar, e agora segundo sei, o que aconteceu aqui do sino da Igreja de São João e isso parece-me um bocadinho mais grave, porque estando uma obra a decorrer o sino, provavelmente, estaria guardado nalgum sítio e parece que desapareceu, já deve estar no mercado qualquer de ferro que é uma situação um bocadinho triste e eu gostava de saber se foi feito algum reporte às autoridades, se à algum desenvolvimento disso, se à alguma pesquisa dessa, enfim, desses furtos.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Só tenho mais uma inscrição, Joaquim Pires primeiro, se faz favor.

Fazemos sempre a lógica de não haver duas intervenções da mesma força política em simultâneo."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite mais uma vez. É para colocar aqui uma questão provavelmente, estará ou não resolvida, junto ao edifício da Associação dos Idosos de Palmela, parece existir ou existe mesmo uma árvore com algum porte que segundo as pessoas, pode exercer algum risco para as pessoas e mesmo para o próprio edifício, provavelmente penso que uma intervenção ou da Câmara ou da Junta de Freguesia, nesse sentido, uma poda ou o corte dessa árvore que está, de facto, a causar preocupações quer nas pessoas que frequentam quer na Direção seria talvez conveniente ou averiguar em concreto, o que é que se passa e o que é que tem que se fazer."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Patrícia Caixinha, Partido Socialista para fechar este período de antes da ordem do dia.

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Sr. Presidente, a razão da minha intervenção é um pedido de informação ao Sr. Presidente de Câmara e é relativamente à "*Associação 265 Skate Clube*", no dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e um, portanto à pouco mais de um ano, que esta associação terá enviado um projeto/proposta para a expansão do "*Skate Park Monte dos Francisquinhos*" em Pinhal Novo para o Departamento da Juventude da Câmara Municipal de Palmela, esse projeto propunha a possibilidade de integrar Pinhal Novo na etapa do circuito Nacional de "*Skate Park*", o que permitiria desenvolver e promover não só formação desportiva local até porque, pelos vistos, temos muitos talentos no concelho da modalidade, mas também contribuiria para a promoção do município e das suas freguesias dado que a passagem do circuito nacional de skate, portanto, modalidade olímpica traz muitos atletas e familiares de todo o país para assistir a esta etapa hora, mas para isto acontecer, é necessário que o alargamento do "*Skate Park*" já existente no espaço que até já existe, nomeadamente a sua expansão e conclusão com os equipamentos previstos nesse projeto que foi remetido à Câmara.

Apesar das diversas insistências efetuadas continua a haver uma ausência de resposta pelo que gostaria de questionar o Sr. Presidente, o que é que se passa sobre este tema.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Concluímos este período.

Sr. Presidente de Câmara se faz favor, às questões concretas e outras que não sendo tanto, agradecia a sua análise.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Muito boa noite a todas e a todos, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. membros da Assembleia, estimadas e estimados munícipes, comunicação social, trabalhadoras e trabalhadores do município, quem nos acompanha à distância, cordiais saudações.

Sobre as questões colocadas em concreto, procuraria fazer aqui um ponto de situação daquilo que têm sido as diligências e o trabalho do município nesta área. Com efeito, para além de alguns considerandos que já aqui foram referidos nas moções, a construção deste processo garantiu já um conjunto de ganhos de natureza socioeconómica para as famílias, de ganhos de natureza ambiental, de qualidade também dos veículos em uso, mas efetivamente a rede desenhada não está nem de perto, nem de longe, a corresponder às expectativas.

Importa desde logo esclarecer que a rede foi desenhada pela "*TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa*", com os contributos, naturalmente dos municípios. Aquilo que foi posto a concurso na concessão e foi devidamente anunciado e porque se trata de um pagamento ao quilómetro, não tem que ver com o número de passageiros, nem com o número de circulações, toda a concessão resulta um pouco deste binómio circulares e quilómetros percorridos, o que corresponde, para o concelho de Palmela, o maior aumento na Área Metropolitana de Lisboa, um aumento da oferta de cento e quarenta e oito por cento.

A operação iniciada no dia um de junho, sabíamo-lo, foi assumido por todos os municípios do lote quatro e também pela TML e pela Carris Metropolitana, e pela empresa sabíamos que não ia começar com a resposta acrescida e com as novas carreiras e os novos circuitos, ainda assim foi aquilo que se viu, um conjunto de incidentes, mas há aqui um histórico que uns estarão mais ou menos bem informados, houve desde logo conflitos laborais ao fim de uma semana, houve uma série de outras questões, mas procurámos sobretudo junto da operadora, pressionar para que fosse garantido aquilo que era regular. Não as novas carreiras. Tínhamos expectativa de que fossem colocadas em funcionamento, o que não aconteceu a cem por cento e se calhar eu

diria, não se notou muito, porque foi no período de verão, de férias, mas temíamos que com o regresso das famílias ao trabalho e dos jovens e crianças à escola que aí viriam a nu as debilidades não daquilo que estava desenhado, mas, de facto da incapacidade de a empresa responder a todos os circuitos, conforme estava contratualizado. Ainda assim, os municípios, por unanimidade, junto das várias empresas, eu agora falo da empresa porque é aquela que diz respeito ao nosso lote, consideraram que era fundamental assegurar as carreiras regulares e aquelas que tinham, naturalmente uma função de fazer transporte escolar, não é o transporte escolar que nós pagamos, contratualizado, à parte, circuitos dedicados, mas, enfim, de aproveitar os circuitos que foram desenhados também um pouco com essa intenção para levarmos mais gente para o sistema. Já agora dizer que, para além de nós, participamos com um milhão duzentos e oitenta mil euros por ano para termos este sistema, e estes passes, nós ainda pagamos os passes até um determinado ciclo de ensino e cinquenta por cento de outro, as famílias pagam, umas não pagam e outras pagam o restante no secundário. E aquilo que foi exigido ao operador foi que tivesse em funcionamento todas estas respostas consideradas mínimas e essenciais que servissem as escolas.

O início de setembro não começou bem, mas com reuniões praticamente diárias, nesse período foi-nos garantido, a nós e aos restantes municípios, no dia doze de setembro e, por isso, foi assim anunciado que estavam garantidos todos os circuitos de transportes escolares. Passaram três dias e, de facto, logo no arranque do ano letivo em toda a força, logo no primeiro dia, houve carreiras que não se realizaram, houve carreiras com horários completamente desajustados, houve carreiras que não paravam nas paragens onde estavam os utentes e as crianças à espera, enfim, um conjunto de situações muito alargada.

Sobre isto quero dizer-vos que o município naturalmente, protesta, reivindica, exige, exige penalizações, exige responsabilidades, mas, sobretudo procura diariamente com a colaboração dos munícipes que objetivam a carreira tal, às tantas horas, e que nos fazem chegar reclamações, que nos procuram porque na primeira semana todos os dias de manhã às oito e tal da manhã, tinha reuniões com grupos de pais e de utilizadores. Com o apoio das nossas juntas de freguesia que também têm sido procuradas pelas famílias e por utilizadores e que nos fazem chegar, geralmente, após as catorze horas, o relatório daquilo que aconteceu e tiveram conhecimento que não funcionou, os nossos serviços trabalham essas informações, tecnicamente e diariamente às cinco horas reúnem com "*Alsa Todl*" e com o representante da "*TML-Transportes Metropolitanos de Lisboa*". Foi interrompido esta semana, porque, entretanto, houve duas outras reuniões magnas, uma na quarta-feira exclusivamente sobre esta matéria, com os Vereadores da área dos transportes em que esteve a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, hoje no Conselho Metropolitano, em que eu percebendo que a matéria que estava em apreciação, dispensava a minha presença e que era mais vantajosa a presença conhecedora de todos os factos da Sra. Vereadora que tem este pelouro, foi a Sra. Vereadora que me representou no Conselho Metropolitano e onde ficou agendada para amanhã uma reunião só sobre o lote quatro, não apenas com Setúbal, mas com todos os municípios do lote quatro, a "*Alsa Todl*", a "*TML*", a Carris, enfim, todo o staff.

O que é que acontece diariamente, nós temos apontado o conjunto das insuficiências e nós estamos interessados em contribuir também tecnicamente para a correção e para a solução. Nós já propusemos as carreiras em que devia de haver desdobramentos e não outras carreiras, em vez do desdobramento que também passam por lá, porque isso não serve, há carreiras que passaram a haver felizmente passado, dois ou três dias, mas nalguns circuitos quando vão na terceira, quarta paragem o autocarro já está cheio e, por isso, tem de haver o desdobramento.

A correção dos horários em particular no eixos Faias, Poceirão, Lagameças, Lau, e dois eixo um que vai para a Secundária de Pinhal Novo, onde os autocarros chegam depois das aulas começar e partem muito mais tarde das aulas acabar e depois há uma concentração de autocarros ao fim da tarde que não se justifica, há três, quando devia de haver um logo ali após o período de almoço, tudo quanto é desfasamentos de horários supressões, etc. é tudo reportado e com propostas de solução, até já chegámos a propor uma coisa que, enfim, não é muito agradável fazer que é, "*deixem de fazer aquela uma que até é nova, mas façam estas por favor sem falhas",* pois é, aquilo no dia seguinte corrigem duas ou três situações, mas depois à tarde já não cumprem, no dia seguinte, suprimem carreiras e, de facto, isto como devem calcular é um enorme transtorno para quem tem horários a cumprir de trabalho, tem as suas obrigações profissionais, nós conhecemos pessoas que nos têm relatar histórias para chegar a Palmela por trabalham aqui e vindos de Sesimbra quase que dão a volta à Península de Setúbal para apanhar um comboio para vir aqui, depois, para chegar a Palmela, vá lá que o passe tem essa facilidade na intermodalidade de vários transportes, e depois com as aulas, isto de facto, é um

transtorno muito grande, porque também há quem tenha faltado ao trabalho ou chegado atrasado ao trabalho, para vir transportar os miúdos.

Nós estamos diariamente a procurar perceber, porque é que os horários não batem certo, porque tudo isto foi devidamente planeado durante mais de um ano e muito antes do concurso, já tínhamos a rede desenhada reparem, concurso demorou um ano quase a ser adjudicado era necessário até para se fazer o caderno de encargos, portanto, há aqui questões, enfim, nós vamos sabendo que é falta de motoristas e é também a falta de formação dos motoristas, porque alguns coitados nem sabem o circuito, eles perdem-se, nós temos sobretudo procurado corrigir diariamente, eles não têm cumprido aquilo com que se comprometem nessas reuniões. A Câmara já aprovou por unanimidade, uma moção que é muito dura sobre esta matéria e que diz claramente que exige penalizações exige responsabilidade, mas o que nós queremos em primeiro lugar é o cumprimento do contrato e a câmara também diz, alguém já me perguntava *"você diz que não paga mais um cêntimo, não vai pagar a Carris?"* não, o que eu quero dizer com isso e esclareço as senhoras e os senhores munícipes e as senhoras e os senhores membros da Assembleia é que, penso que já o disse uma vez, nós temos no nosso orçamento, um milhão duzentos e oitenta mil euros por ano para o sistema, mas com o upgrade e a ampliação da resposta, o que está previsto ser a comparticipação do município de Palmela é um milhão seiscentos e vinte e tal, pois nós, aliás, nós estamos já a fazer o orçamento para o próximo ano e as orientações que dei aos nossos serviços é, nós não pagamos mais do que um milhão duzentos e oitenta mil euros, enquanto estas situações não estiverem efetivamente de acordo com o contrato.

Denúncia, outra questão que para nós é inconcebível a Sra. Vereadora foi a única Vereadora que hoje fez esta denúncia, porque temos provas, temos factos, sabemos que outros municípios também têm situações destas, mas nunca falaram nisto, é que damos depois com esta operadora a fazer serviço de transporte especializado, alugado, para transporte de trabalhadores de empresas com os mesmos autocarros e com os mesmos motoristas, mas estes autocarros e estes motoristas são para fazer o serviço de transporte público que está contratualizado e, portanto, isto tem que dar origem a penalizações. Hoje falámos nisso no Conselho Metropolitano e, portanto, sabemos e é verdade, nós acompanhamos o processo que estão a contratar motoristas que chegaram esta semana, mas nós nem queremos falar nisto, não temos que ser nós os mensageiros daquilo que "*Alsa Todi*" diz que está a fazer, o que nós pretendemos é, a empresa até quis começar mais cedo este lote, porque tinha cá todos os autocarros, ao contrário das empresas de outros lotes, isto é verdade, mas, mesmo assim ainda faltam alguns.

Agora é a questão dos motoristas, mas não há só problemas com os motoristas há um problema da própria gestão e planeamento dos circuitos, o contrato exige uma plataforma e um sistema de informação em tempo real em que a TML e a Carris Metropolitana na TML, recebe ao segundo a informação de cada autocarro que saiu, que não saiu, onde é que está e quanto tempo demora e quantas pessoas estão lá dentro, a própria TML nem consegue controlar isto, só consegue perceber o que se está a passar com as reclamações dos munícipes, das juntas, e o impute diário que os municípios reportam. Isto vai levar amanhã a uma reunião, já hoje a reunião foi duríssima a Sra. Vereadora tinha um compromisso aí mais da área do Ambiente, a meio da tarde, e já chegou às cinco da tarde a reunião foi duríssima desde as dez da manhã até essa hora, e amanhã continua e o Conselho Metropolitano e todos os autarcas, estão coesos, porque sabem o sistema que criaram, que é uma autêntica revolução em termos de qualidade, de sustentabilidade ambiental, do ponto de vista económico e social mas que, de facto, revelou-se que estas empresas como outras não estão a conseguir responder.

O mesmo se passa no "*lote 3*", com o mal dos outros podemos nós, talvez quem tem o lote lá da margem Norte tenha sido avisado e começam só no dia um de janeiro, porque, neste momento, estão a recrutar motoristas no Brasil. Estas coisas são públicas, o que eu quero garantir é que o município represente a sua população e não deixará de tomar todas as medidas politicas e legais ao seu alcance para exigir o cumprimento e para penalizar quem incumpre, porque isto tem um prejuízo maior do que aquele do pagamento do transporte tem de facto efeitos colaterais muito graves na vida de qualquer cidadão.

Sr. Colin Marques membro da Assembleia, Unidade de Saúde Familiar, projeto adjudicado a vinte e sete de julho, contrato assinado a vinte de setembro prazo de execução do projeto noventa dias. Convém dizer que, de facto, nós, no mandato anterior, conseguimos um acordo de colaboração com a ARS para conseguirmos já este compromisso de fazermos a Unidade de Saúde Familiar, mas também tenho aqui que dizer, os senhores sabem o protocolo que nós assinámos é que ainda nem sequer há financiamento para a unidade eu sei o que é que está no mapa das unidades a construir na Área Metropolitana de Lisboa e está lá a nossa mas o Governo ainda

não publicou a portaria de extensão de encargos para que, depois, possam vir assinar connosco o contrato de financiamento como fizeram connosco, noutros momentos, mas ainda assim, isto é prova da decisão política e da determinação política da câmara para honrar os seus compromissos, nós já gastámos quase cinquenta mil euros em projetos, adjudicações, estudos e outras coisas mais e ainda do Ministério da Saúde ainda não há acordo para qualquer pagamento, mas estamos a trabalhar e acreditamos, espero que, no próximo Orçamento de Estado e também no "LISBOA 2030" esta questão da Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, a freguesia merece referência ao seu nome, como merece na Estação da Penalva. É este o ponto de situação.

Ruturas de água na aldeia de Quinta do Anjo, são algumas, nós temos ao dia o reporte e temos uma tabela com o número de ruturas e a localização das mesmas. Houve um conjunto de ruturas, mas muitas delas no mesmo sítio e teve que ver com uma válvula que tem ali uma distribuição significativa e causa ali problemas depois de pressão exagerada foi até reparada por uma empresa externa especialista, mas depois tiveram que vir os trabalhadores do município intervir já na segunda e na terceira vez, uma que ali junto ao Centro Social de Quinta do Anjo e depois, enfim, há outros colapsos na rede resultantes das mexidas das aberturas e fechos de válvulas.

Devo dizer-lhe que não é a zona que precisa já da grande intervenção de canalizações e aquela para onde vamos é Cabanas, Rua Miguel Cândido e Rua Augusto Júlio da Costa, onde temos ruturas, em dois mil e dezasseis tivemos trinta e três ruturas num ano, no mesmo sítio, fizemos um conjunto de intervenções baixou para oito ou nove, este ano naquele local e tem que ver, de facto também com o excesso de pressão, mas, por isso mesmo também temos que remodelar a rede porque a rede até era relativamente nova, aquilo é uma rede de dois mil e oito, não tem que ver com quarenta nem com cinquenta anos, isto tem que ver com outros aspetos técnicos também de rede, mas tem razão, nós estamos atentos a esta matéria temos um plano de reabilitação de condutas para várias localidades do concelho como nos compete ir fazendo todos os anos investimentos acrescidos, nunca investimos tanto em remodelações como o que temos no plano e vai ter oportunidade de ver nas grandes Opções do Plano neste mandato.

Quanto aos remendos, há, de facto, aqui questões do timing da pavimentação que tem que ver também com a necessidade de alguma compactação do touvenant e, portanto, em média aquilo que os nossos serviços técnicos têm como referência é não pavimentar antes de duas semanas é o que nos dizem, contudo, pode haver períodos do ano em que os serviços da rede viária com tantas solicitações, não consigam logo repavimentar como seria desejável muito rapidamente, porque estão também envolvidos noutras ações, mas tem sido mais ou menos este o timing a não ser quando há um problema qualquer com a máquina de pavimentar porque também avarias com maquinaria há em todos os lados, seja em que empresas for e seja também em que município for, mas estamos atentos a isso e o mesmo se passa com a reposição de calçada que, às vezes também cria algumas incompreensões, há atrasos devidamente identificados e há outros prazos que são perfeitamente regulares e alguns são para fazer pelas empresas que trabalham para o município e outros estão delegados na Junta de Freguesia como tem conhecimento, mas tomaremos em boa conta esta observação.

Caro Pedro Biu, placas dos miradouros, estão em execução, Avenida Humberto Delgado, os nossos serviços técnicos já opinaram e responderam sobre a matéria, enfim, podemos ter muitas opiniões de natureza técnica sobre esta matéria, mas eu peço à Sra. Vereadora que volte a analisar com a Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público a matéria.

Projeto frente ao Chafariz Dona Maria I, e ao Retiro Azul, nós temos um projeto elaborado numa primeira fase mais de estudo de pavimentos e viário para criar ali uma bolsa de estacionamento e uma zona de estar também que, inicialmente com um estudo prévio as Infraestruturas de Portugal não aprovaram, e nós não alterámos nada daquilo que já está, entradas e saídas, mas nas normas deles dizem que aquilo é perigoso entrar por um lado, sair por outro, etc., nós não estamos convencidos com isso, teremos certamente oportunidade de voltar a discutir o projeto já melhorado, mas não é melhorado como eles querem, com as Infraestruturas Portugal e o projeto está a ser melhorado com a componente paisagística, porque, naturalmente, ali há estacionamento para cargas e descargas, para clientes da zona, para visitantes, para cidadãos com mobilidade reduzida, nós vamos possivelmente aproveitar para rever também esteticamente a praça de táxis para dizer assim, e depois um conjunto de mobiliário urbano moderno, entenda-se atual, mas que tem que ver naturalmente, com o layout que utilizamos no nosso Centro Histórico e até a estereotomia dos pavimentos também vai ser muito igual, com floreiras, em vez de árvores e depois também tem outros problemas nas caldeiras e, portanto, esse projeto temo-lo em desenvolvimento para preparar a próxima reunião com as Infraestruturas de Portugal sobre a

matéria. Aliás, dei nota do desenvolvimento destes trabalhos ao Sr. Presidente da junta na semana da Freguesia de Palmela.

Brasões Direção Geral do Património Cultural, em primeiro lugar apelar à participação de todos numa sessão que se realizará amanhã, aqui, nesta sala para a apresentação pública, porque nós queremos projetos participados do programa museológico do concelho e nessa apresentação e discussão, introduziremos este tema e sobre este tema importa esclarecer que, desde sempre, o município nunca teve opinião contrária à generalidade das gentes de Palmela que se habituaram a ver tal como eu, pelo menos desde mil novecentos e setenta, várias vezes a inscrição de cores, nalgumas figuras do brasão e nunca ninguém desmentiu isso. A questão é que os vários estudos que foram feitos, tendo ali algumas questões inconclusivas e feitos por especialistas da área do restauro e do património e gente que tem das principais monografias sobre Palmela que estão publicadas e que são livres de referência, nos disseram nas duas operações que houve de intervenção ali, pelo menos aquelas que são dos meus tempos cá da Câmara, uma com vereador outra já como presidente que enquanto não houvesse a consensualização das cores efetivas, não foi daquelas que nós fomos pôr no tempo em que ninguém escrutinava nada, mas enquanto o estudo não estivesse feito que se deveria manter de branco e a "*DGPC - Direção Geral do Património Cultural*" obrigou sim, senhor vocês não põem lá cor nenhuma sem estudar e fica de branco, fica isto esclarecido, mas ninguém na Câmara em particular dos políticos alguma vez criou obstáculos a isso, pelo contrário e para que não restassem dúvidas com várias vereações a passar pelo assunto o próprio Presidente da Câmara reuniu com a "*DGPC - Direção Geral do Património Cultural"* sobre esta matéria e sobre outras, mas, em particular sobre esta matéria e decidimos mandar fazer um conjunto de pesquisas, estudos, sondagens parietais e coisas assim do género para ver as várias camadas de tinta e as cores, que já tiveram os medalhões/brasões desde a sua origem e encontramos coisas curiosíssimas, desde por sangue de boi a azul cião claro, no fundo, por exemplo, e o senhor nunca viu isso em azul, viu em branco, como eu só vi em branco, nunca vi, mas o azul cião e esses estudos finalmente apontam um caminho e esse caminho e risco do município, a "*DGPC - Direção Geral do Património Cultural*" não aprovou nada, aliás, a "*DGPC - Direção Geral do Património Cultural*" não quer aprovar nada, vamos ser claros, ao contrário do que foi comunicado pelo Sr. Presidente de Junta, e não foi isso que lhe foi comunicado, a "*DGPC -Direção Geral do Património Cultural"* deu um "*nim"* à nossa proposta, mas nós vamos apresentá-la às gentes de Palmela, a todos aqueles que quiserem vir amanhã e aquilo que ficar decidido também tecnicamente, isto não é só uma questão política de anseios de representação do desejo da população, tem de haver aqui algum enquadramento técnico e científico, nós vamos avançar com isto e vamos ver como é que submetemos o projeto de conservação, e restauro, e da pintura das imagens das armas de Palmela naquele medalhão e, portanto, estamos todos convidados para isto.

Hermenegildo Capelo está em concurso há cerca de uma semana sensivelmente.

Autocarro do Centro Histórico, que começou com um projeto noutra altura e bem, e bem, depois continuado já pelo município com as suas próprias viaturas e bem, todos nós sabemos quando a uma concessão, que são atribuídos direitos sobre o território, mais ninguém pode tratar os aterros e a reciclagem do que a AMARSUL, que tem a concessão para a Península de Setúbal, mais ninguém pode tratar as águas residuais nas "*ETARS - Estação de Tratamento de Águas Residuais*" que não a SIMARSUL, tem a concessão, estou a falar dos sistemas públicos, naturalmente e também nos transportes, a uma concessão e a concessão é a única operadora que pode existir, mais o município durante os últimos dois anos, várias vezes foi ameaçado ser multado pela Autoridade Metropolitana de Transportes, uma coisa do "*IMT- Instituto da Mobilidade e dos Transportes*" porque estávamos a fazer de operador de transportes e não somos operador de transportes chegámos a ter ameaças de multas, mas conseguimos aqui um acordo para o fazer até à entrada do funcionamento da concessão, isso foi explicado, eu penso que o Pedro faz parte do Conselho Municipal de Mobilidade e, portanto, certamente, isto também terá sido explicado.

O que nós estamos a lutar politicamente é que, depois da oferta estar estabilizada, eu creio que os municípios todos terão de se empenhar para caminhar para estes sistemas, sobretudo estes de maior proximidade um sistema de transportes gratuito, aliás, já aprovámos aqui moções, seja para os séniores, ou até aos dezoito anos e hoje já recebemos missivas das universidades, já nem é os sub vinte e três, já querem mais porque há gente depois dos vinte e três que também vai estudar, enfim, isto já acontece noutras cidades do mundo, enfim, desde que haja dinheiro para que os ganhos com a retirada do transporte individual, com o ambiente, com a redução do CO2 sejam significativos, o ambiente custa dinheiro, portanto, estaremos disponíveis para isso, como deve calcular.

O busto de Joaquim José de Carvalho, que é pertença, penso eu do Grupo Amigos do Concelho de Palmela, apresentou queixa às autoridades em devido tempo e tem informação no Conselho de Segurança Restrito, que reuniu comigo há cerca de uma semana, que existe investigação sobre a matéria.

Posso dizer ainda sobre o sino que constou em Palmela e é verdade, que o sino não iria ser montado e, por isso estava arrumado, estaria preparado para ser depois exposto dentro da Capela que há de ser, não só, um espaço de culto, mas, sobretudo um espaço musealizado e garante mesmo sem nada lá dentro já se descobriram nestes trabalhos aspetos que todos nós vamos adorar conhecer e perceber como é que lá estão inscritos naquelas paredes, aquelas Santas etc. etc. em boa hora se falou nisso ,esclareceu-se que tinha havido, de facto da parte da Diocese, que aquele património e da Diocese de Palmela, referência que, enfim, o sino não iria ser usado e que poderia muito bem ficar desmontado e musealizar; mas quero aqui esclarecer muita coisa das redes sociais, etc. etc. aí está devidamente escrito e despachado, quero aqui esclarecer que a decisão também desculpem a modéstia, não foi sequer dos serviços, foi a intervenção do Presidente da Câmara, foi sim que é para ser montado no sítio até já tínhamos orçamento. É muito estranho é que depois de haver esta conversa na comunidade e de se ter esclarecido que o sino era para ser montado, o sino fosse roubado. Já tínhamos decidido gastar mais dinheiro e, reforçar o campanário. Nós achamos que vale a pena, achamos que a "gentes" Palmela vão querer isso. Demos essa instrução. Curiosamente, eu acho que não posso estar fora de Palmela mais do que quatro ou cinco dias, cada vez que saio roubam qualquer coisa, mas eu não sou polícia.

Acontece qualquer coisa então a perseguição, mas a perseguição, este depois desaparece o símbolo, isto é uma coisa incrível, desculpem lá, mas tenho que contar estas coisas. Quero só dizer que nós não desistimos, naturalmente da investigação e oxalá ela produza efeitos, não posso dar pormenores sobre isso, porque até prejudica qualquer processo, mas também quero aqui tornar público que haverá um sino se ele se não aparecer e que também já pedimos orçamento para um, sim, é esta a verdade.

Senhor Joaquim Pires, edifício devido aos "Palmela Arte Part". Eu creio que o Sr. Vereador há-de mandar analisar nós geralmente estamos atentos a algumas enfermidades e patologias de algumas espécies recentemente tivemos que abater com muita pena, abater árvores é sempre muito complicado, duas Palmeiras. Também não estávamos a perceber bem o perigo que elas podiam constituir e em boa hora, Sr. Vereador teve a coragem de mandar abater as palmeiras, e falámos também com o Sr. Presidente da Junta, depois de repor outras espécies iremos analisar, mas também estamos a chegar precisamente ao período das podas que é agora de novembro a janeiro, os nossos serviços têm muitas podas para fazer e depois, se calhar, nos anos seguintes já não é a Câmara que fará as podas ou somos nós que fazemos nalguns espaços e a Junta que vai ficar só com alguns espaços verdes.

Estimada membro da Assembleia Patrícia Caixinha sobre esta questão do "*Skate Clube*" esta questão já nos chegou também pela vossa bancada na reunião de Câmara, eu não tenho resposta para lhe dar, se há reuniões e contactos este assunto estará com o DCDJ com a nossa Vereadora, e que não tem que haver uma resposta urgente. Vamos fazer projeto porque tal como eu disse publicamente, vamos trabalhar na ampliação daquele espaço dado o entusiasmo. E essa associação até tem organizado coisas em colaboração com a Câmara e tem autorização para dinamizar as formações e outras coisas que faz lá, é aquilo que eu sei e que vejo no local, mas se há aqui alguma falta de comunicação não se justifica e eu creio que temos de esclarecer com a associação este aspeto.

Senhor Presidente da Assembleia, penso que não me esqueci de nada."

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à aprovação:

A **Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa da CDU** ausentou-se pelas 22:06 horas.

A **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires da CDU** ausentou-se pelas 22:06 horas.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Eu submetia então à vossa consideração antes de passarmos a ordem de trabalhos propriamente dita, a apreciação das atas que nós temos para votar."

A Ata número três, de vinte de dezembro de dois mil e vinte e um, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A Ata número quatro, de três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A Ata número cinco, de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A Ata número seis, de sete de março de dois mil e vinte e dois, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A Ata número sete, de treze abril de dois mil e vinte e dois, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A Ata número oito, de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A Ata número nove, de vinte e sete de maio de dois mil e vinte e dois, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

A **Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas vinte e uma horas e seis minutos.

A **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires da CDU,** iniciou participação nos trabalhos pelas vinte e uma horas e seis minutos.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Vamos passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, pergunto ao Sr. Presidente se quer usar da palavra?"

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Os últimos anos têm sido pródigos em desafios, das mais diferentes naturezas, e, a par da COVID-19, da inflação e subida generalizada de custos, com reflexos em todas as áreas de intervenção, o território enfrentou, a 13 de julho, um devastador incêndio, cujos impactos continuarão a sentir-se durante muito tempo. Além do combate direto e do apoio de primeira linha nos dias subsequentes, diversos serviços municipais continuam a

acompanhar a situação, que afetou as freguesias de Palmela e Quinta do Anjo, e nos trabalhos de fiscalização e limpeza de terrenos (que já vinham a decorrer) e reabertura de caminhos florestais, entre outros. Manteve-se o contacto direto com proprietárias/os, análise dos danos no terreno e prestação de apoio na limpeza e recolha de escombros, tratamento e alimentação de animais, bem como a articulação permanente com diversas entidades regionais e nacionais. Pretendeu-se, por um lado, sensibilizar para a gravidade dos danos e necessidade de canalizar apoios de emergência para habitantes, produtores agrícolas e empresas lesadas e, por outro, encetar trabalho com vista à estabilização e recuperação do património natural e infraestruturas danificadas e à prevenção de futuros problemas associados.

Internamente, o acolhimento a novas/os trabalhadoras/es, na sequência de procedimentos concursais e processos de mobilidade, continua a ser uma importante medida de integração, registando-se, neste período 10 sessões. Deu-se início à elaboração do projeto de Regulamento Municipal de Estágios, bem como, no âmbito da Formação Profissional, ao processo de Auditoria de Manutenção referente à Renovação da Certificação do Município como Entidade Formadora. Numa perspetiva de cooperação institucional e partilha de recursos para qualificação e valorização dos recursos humanos das autarquias, foi aprovado o Protocolo de Colaboração, a celebrar, em breve, com as Juntas de Freguesia do Concelho. Registaram-se 648 horas de formação, num total de 97 participações, com destaque para sessões sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados, para dirigentes e interlocutoras/es das unidades orgânicas, ações de formação *on job* sobre Manutenção dos Espaços Verdes para as equipas dos jardins de Palmela e Pinhal Novo e ações de captura/esterilização e devolução em felídeos errantes, no âmbito do projeto formativo em curso "Boas práticas em matéria de bem-estar animal".

As Semanas das Freguesias tiveram continuidade, com a realização dos programas relativos às freguesias de Poceirão e Marateca, e afirmaram, uma vez mais, a sua pertinência dentro do projeto global de participação cidadã "Eu Participo!", que conta com uma nova plataforma digital. Durante o período em apreço, foram tratadas as propostas apresentadas na primeira fase do ciclo de participação 2022, no que se refere quer ao processo público, quer ao "Eu Participo!" Trabalhadoras/es Municipais, e preparou-se a segunda fase, concretizada em setembro. Na conclusão do ano letivo, destacam-se as sessões do Clube "Eu Participo!", com alunas/os dos 2.º e 3.º ciclos, e a realização de uma assembleia no Jardim de Infância de Olhos de Água, onde as crianças apresentaram e discutiram com eleitos do Executivo Municipal as suas propostas de melhoria para o quotidiano da escola.

Na área da Educação, o período de verão corresponde, habitualmente, a trabalhos de preparação para o novo ano letivo e a obras diversas de manutenção e conservação nos edifícios escolares. Enquanto se aguarda o visto do Tribunal de Contas para o arranque da obra do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, desenvolveram-se trabalhos para resolução de patologias nas EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo), Cabanas e Águas de Moura – todas ainda no âmbito das garantias das respetivas empreitadas de ampliação e requalificação – e deu-se início à empreitada de criação de espaços cobertos no logradouro da EB Bairro Alentejano. Foram, entretanto, adjudicados o projeto de requalificação do logradouro da EB Joaquim José de Carvalho (Palmela) e o reforço estrutural da EB Brejos do Assa, entre outros serviços.

Nos últimos anos, o Município tem investido no apetrechamento das escolas, num permanente esforço de evolução e resposta às novas necessidades educativas. Neste período registou-se a substituição de um avultado número de peças de mobiliário (mesas e cadeiras para crianças de pré-escolar e 1.º ciclo e docentes, mesas de informática, armários, mesas e cadeiras para refeitório) nas EB Joaquim José de Carvalho (Palmela), Palmela 2, João Eduardo Xavier e António Santos Jorge, ambas em Pinhal Novo.

O Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo foi aprovado em junho, para aplicação das novas regras já este ano letivo, e foi aprovado o Plano de Transportes Escolares, bem como o conjunto de procedimentos de contratação pública necessários ao normal arranque do novo ano letivo. De igual modo, e na sequência da transferência de competências, realizaram-se reuniões com as Direções dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, para partilha de informações e tomada de decisão sobre temas como a Escola a Tempo Inteiro ou o funcionamento da plataforma SIGA.

A transferência de cerca de duas centenas de trabalhadoras/es das escolas para o Município teve impactos a vários níveis, entre os quais, na saúde ocupacional. Durante o verão, este serviço promoveu 20 deslocações às escolas, com recurso à Unidade Móvel de Saúde, num total de 144 consultas de enfermagem. As sessões de ginástica laboral, dinamizadas pela Palmela Desporto, mantiveram a sua regularidade, num total de 76.

Promover a saúde é um objetivo basilar do Município, membro da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, que deu sequência à Campanha Nacional de Promoção da Saúde Mental "VAMOS FALAR, porque há conversas que devemos ter" e associou-se às comemorações dos 30 anos da Associação Abraço, através da divulgação da campanha "Mudar a História do VIH". De sublinhar, a adjudicação do projeto para construção na futura Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo.

Iniciativas como as "Visitas com Memórias – Território Arrábida", "Avós em Festa" (comemorações do Dia dos Avós) e as Oficinas de Tecnologias de Informação, no âmbito do "Clique Sem Idade", ou a campanha de sensibilização "Direito a Envelhecer com Direitos!" contribuíram para a valorização da pessoa idosa e a promoção das relações intergeracionais.

Num mundo cada vez mais global, o Centro Local de Apoio e Integração de Migrantes realizou, no período em referência, 66 atendimentos. O Município manteve o atendimento e acompanhamento a pessoas ucranianas refugiadas e realizou a segunda distribuição do ano do "Cabaz Solidário Saudável".

A implementação da Estratégia Local de Habitação (ELH) está em curso, em diversas frentes, registando-se, neste período, a aquisição de dois imóveis para reabilitação e de um terreno, encontrando-se um outro terreno a aguardar escritura. No total, estas aquisições representam 28 fogos. Entretanto, o Município deu sequência a um conjunto de empreitadas de reabilitação em fogos municipais, tendo concluído as obras numa habitação em Palmela.

As Jornadas da Reabilitação Urbana 2022, em formato presencial e com uma participação muito interessante, e a discussão do Relatório de Monitorização das Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo 2021 marcaram o trabalho nesta área de intervenção, que continua a registar uma importante dinâmica por parte da iniciativa privada. O Município acompanha esta dinâmica com múltiplas intervenções de recuperação e valorização de edificado com particular interesse, caso dos Paços do Concelho, do antigo edifício da GNR ou da Capela de S. João Batista (2.ª fase).

Foi concluída a extensão da rede de abastecimento de água da Rua Pinheiro Forte (AUGI da Bela Vista) e deu-se início à criação de um novo arruamento em Aires, entre a Av.ª Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota, que irá originar, numa segunda fase, um novo eixo estruturante, de ligação à Avenida dos Caminhos-de-Ferro. Regista-se, igualmente, a conclusão das empreitadas de drenagem de águas residuais domésticas em Cajados e de infraestruturação da Lagoinha (fases 2, 6 e 9), bem como da prestação de serviços de limpeza de linhas de água.

Com várias obras de beneficiação da rede viária a decorrer, em todo o Concelho, concluiu-se, neste período, a pavimentação da Rua de S. Francisco (Vale de Touros) e do troço sul da Rua Pedro Álvares Cabral (Pinhal Novo), bem como a empreitada de repavimentação de arruamentos em Pinhal Novo sul.

As habituais campanhas de desinfestação e desratização de redes de esgotos municipais tiveram início em julho e decorrem ao longo do segundo semestre do ano, tendo-se concretizado, nos meses em referência, três campanhas.

A limpeza urbana é uma área particularmente desafiante, que o Município continua a reforçar, com meios mecânicos e aquisição de serviços ao exterior. As tradicionais festas e iniciativas de verão, em espaço público, exigiram um esforço adicional das equipas para garantir a limpeza antes, durante e após os eventos. Foi necessário realizar novas ações especiais de eliminação ou contenção de pequenos focos de poluição, criados pela deposição ilegal de monos, monstros e outros resíduos. Estrada dos Quatro Marcos, Aceiros dos Serrados, Marquesa V, Quinta da Glória (Aires) e Venda do Alcaide (junto à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados) foram alguns dos locais intervencionados. Aprovada a 1 de julho, a candidatura "Pinhal Novo Verde" permitirá investir na consolidação da infraestrutura verde urbana em Pinhal Novo – o núcleo urbano mais vulnerável ao calor, de acordo com os estudos preliminares do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas.

Concluída a execução de uma vedação nas traseiras do Cine-Teatro S. João, que protege o equipamento de climatização e permitiu minimizar impactos visuais neste edifício classificado, avança a execução da beneficiação do Jardim Ferreira da Costa (Venda do Alcaide) e do parque de estacionamento da Rua Manuel Caetano (Quinta do Anjo).

Fruto da reconversão das instalações do antigo canil, o Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela conta com um novo gatil, com capacidade para 40 gatos, e sala de cirurgia, que permitirá a realização de esterilizações, internamente. Em Quinta do Anjo, iniciou-se a construção do primeiro Parque de Matilhas do Concelho. No âmbito da Campanha de Vacinação Antirrábica e Identificação Eletrónica, foram realizados mais de duas centenas de atendimentos.

Para assinalar o Dia do Concelho, foi apresentado o jogo de cartas "Palmela". As quatro visitas encenadas ao Castelo registaram grande interesse e terão continuidade na programação municipal. A edição de verão das "Férias a Crescer" escolheu como tema a ciência e proporcionou experiências lúdicas e didáticas a crianças entre os 6 e os 11 anos. Na faixa entre os 12 e os 17, o programa "Jovens no Verão" proporcionou um mês de atividades gratuitas, a um total de 120 jovens. No âmbito das comemorações do Dia de Santiago, a Igreja de Santiago – cujas portas foram alvo de uma intervenção de conservação e restauro - acolheu várias iniciativas, em parceria com a *Comision Gestora de Entidades Alfombristas del Camino de Santiago*, entre as quais, um tapete de arte efémera, e o Município celebrou um protocolo com uma entidade privada, Mecenas de Palmela, que financiará uma intervenção de conservação e restauro numa escultura de Santiago, do acervo patente em Palmela. O Museu A Estação continuou a ser palco de um programa regular de visitas orientadas, quer por técnicas/os municipais, quer por antigos ferroviários, que enriquecem o espólio com as suas histórias e vivências. Estas visitas, denominadas "No meu tempo...", foram distinguidas pela Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, na 5.ª edição do Prémio Cultura 21, que reconhece as melhores práticas mundiais na promoção dos direitos culturais.

A Rede Municipal de Bibliotecas Públicas continua a desenvolver múltiplos projetos de promoção do livro e da literatura, e a 2.ª edição da Mostra Gastronómica Literária foi um momento alto de programação, numa associação criativa entre as letras e a gastronomia. Destaque para o encontro com o escritor argentino Alberto Manguel. Francisco José Viegas e Cláudia Chéu foram os convidados do projeto "365 Dias de Romance: Conversas Literárias". Realizou-se uma Feira do Livro, em parceria com o Grupo de Bibliotecas Escolares, e foram divulgados os resultados do Concurso Literário "De que é feito o meu coração?". Entre as muitas propostas de Formação para a Comunidade, é de sublinhar o terceiro Curso de Português para Estrangeiras/os, com 19 participantes de várias nacionalidades.

O verão é, por excelência, um período de forte dinâmica cultural e os anos de restrições criaram uma apetência acrescida pela festa e pela rua, bem patente nas festividades e eventos realizados um pouco por todo o Concelho, da responsabilidade do Município, movimento associativo e entidades parceiras. O programa "7 dias 70 anos" assinalou o 70.º aniversário do Cine-Teatro S. João, momento alto de celebração da cultura e do património. Entre as muitas propostas, sublinha-se a inauguração da nova exposição permanente, que traça a evolução deste equipamento cultural, parte integrante das vidas e memórias de várias gerações. Os equipamentos culturais mantiveram forte atividade, com o acolhimento de vários espetáculos e iniciativas promovidas pelos grupos de teatro e associações locais. O FIAR, sob o lema «o Encontro», saiu dos limites do Centro Histórico e levou artes de rua e irreverência a diversos pontos da vila de Palmela, num total de 19 espetáculos, e a DançArte encerrou o ciclo Syrah com a apresentação de "Nota de Lágrima". O 8.º *Palmela Wine Jazz* associou a música e a divulgação e venda dos vinhos das dez adegas participantes, num certame com grande capacidade de atração de público nacional. Transversalmente, e em parceria com os agentes locais e turísticos, o Município promoveu atividade enoturísticas, participou na Feira Nacional de Agricultura de Santarém e no 22.º aniversário da Gastronomia Portuguesa elevada a Património Cultural e marcou presença em diversas publicações e guias nacionais do setor turístico.

"Pinhal Novo em Festa", Festa em Honra do Sagrado Coração de Jesus e Festas da Amizade (Olhos de Água), Festas de S. Pedro da Marateca, Festas da Escudeira, "Noites de Verão (Pinhal Novo), "A Feira" (coprodução Artemrede), o 7.º Festival de Folclore do Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho, as comemorações dos Santos Populares em Palmela, a primeira edição do *"Palm(ela) Beach*", a *White Party*, e a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão são mais algumas das muitas iniciativas, de carácter cultural, recreativo e de promoção dos valores e produtos locais, que atraíram milhares de visitantes e animaram as populações.

Neste período, foram aprovados Protocolos de Cooperação com a associação Passos e Compassos, Grupo Coral Ausentes do Alentejo e Bardoada – o Grupo do Sarrafo, FIAR – Associação Cultural, ATA – Acção Teatral Artimanha, Teatro O Bando e Moto Clube de Palmela, e atribuídos apoios financeiros aos Ranchos Folclóricos do Concelho.

O Município colaborou na organização do Festival Liberdade 2022, realizado em Quinta do Conde, numa organização da Associação de Municípios da Região de Setúbal, com participações do movimento associativo juvenil e bandas do Concelho de Palmela. "O lugar /voz dos jovens na implementação de políticas sociais" foi o tema do debate realizado no Centro de Recursos para a Juventude de Quinta do Anjo, entre outras iniciativas que assinalaram o Dia Internacional da Juventude.

Concluiu-se a remodelação do Espaço de Jogo e Recreio (EJR) José Afonso, em Pinhal Novo, está em curso a obra de renovação do EJR de Quinta do Anjo e foi adjudicada a construção de um novo equipamento na zona sul de Pinhal Novo, na confluência da Rua António Lopes com a Rua Maria Eduarda Ferreira, uma das obras mais votadas no "Eu Participo!". Os Polidesportivos Descobertos Municipais José Maria dos Santos e 25 de Abril, em Pinhal Novo, ganharam novas redes de embate.

O *Pinhal Novo Night Run*, com corrida de estrada e caminhada desportiva, a Marcha dos 3 Castelos, o Prémio Juvenil de Ciclismo do Concelho de Palmela, o 33.º Passeio de Cicloturismo "Vinha em Flor", as Jornadas da Juventude da Associação Distrital de Judo de Setúbal e o Torneio do Judo Clube de Pinhal Novo foram as iniciativas promovidas ou apoiadas pelo Município, no âmbito dos diversos Programas de Desenvolvimento Desportivo das modalidades. Em junho, o 2.º período da fase inter-escolas concluiu a edição 2021/22 dos Jogos Desportivos Escolares que, globalmente, contaram com 1.366 participantes. Refira-se, também, a 2.ª edição do torneio de futebol juvenil "*Arrábida Cup*", com a participação de 380 futebolistas de todo o país, a 6.ª Festa do Desporto e da Saúde e as comemorações do Dia Mundial da Criança, com o programa de atividades lúdicas e desportivas "Família Ativa, Criança Saudável".

À data, estavam concluídos 98% dos trabalhos da empreitada de substituição de luminárias obsoletas por luminárias LED, na rede de iluminação pública do Concelho, e aguardava-se a execução de ramal pela E-redes para um posto de carregamento rápido de veículos elétricos em Pinhal Novo. Entretanto, foram instalados cinco postos de carregamento para viaturas municipais, nos serviços operacionais, e junto ao Departamento de Administração Urbanística, em Palmela.

O Serviço Municipal de Metrologia retomou a sua atividade de controlo e certificação em julho, tendo verificado 47 instrumentos, e, neste período, realizou-se a segunda ação de formação em Competências Básicas em Direito do Consumo para pessoal técnico das Juntas de Freguesia do Concelho e das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Num momento fulcral para o planeta, em termos das relações entre os povos, Palmela continua a apostar no reforço das redes de cooperação. Neste período, a Embaixadora da África do Sul em Lisboa e o Presidente do Município de S. Filipe, na Ilha do Fogo, Cabo Verde, visitaram Palmela e estabeleceram contactos com empresas e projetos locais, reforçando os laços de amizade e as oportunidades de colaboração e negócio. De igual modo, o Presidente da Câmara representou o Município de Palmela nas comemorações do centenário de S. Filipe e o Vice-Presidente participou num encontro com o Presidente da República de Cabo Verde, em Lisboa. Em geral, o Município de Palmela, que ocupa a Presidência da Assembleia Intermunicipal da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, está particularmente empenhado no aprofundamento do trabalho em rede, para uma cooperação estratégica e integrada, fundamental para um verdadeiro desenvolvimento sustentável e para a Paz.

Um parágrafo final para recordar as Comemorações do Dia do Concelho e a cerimónia de atribuição de condecorações municipais, momento de valorização das/os trabalhadoras/es municipais e das entidades e personalidades que contribuem, com a sua ação, nas mais diversas áreas, para fazer deste Concelho um território cada vez mais solidário, criativo, dinâmico e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Peço desculpa Sr. Presidente a informação é muita e depois não consigo resumir."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre este primeiro ponto da ordem de trabalhos?

Muito bem, António Mestre CDU se faz favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sr. Presidente, depois de ouvirmos a explicação sobre o relatório de atividades deixa-me algumas perguntas, algumas delas Sr. Presidente já aludiu aquelas que iriam ser feitas, efetivamente é necessário.

Sobre a questão do parque de estacionamento em Quinta do Anjo na rua Manuel Caetano, tem-se verificado alguma apatia da obra nos últimos tempos e gostaríamos de saber o que é que se passa, porque isso também põe em causa o prazo da própria obra, uma vez que, no período antes da ordem do dia o Colin já trouxe o assunto e que já foi respondido sobre o Centro de Saúde não vou repetir aqui estas questões, mas sobre outras obras e que alude aqui a página oitenta e quatro do relatório, nomeadamente em relação à rua Manuel Basílio e João Petrónio e em relação à António Joaquim Ferreira Calote conhecida como rua da Escola, as duas em Cabanas em que ponto de situação e que estão uma vez que vem referido em execução, gostava de saber para além da questão do "HUB 10" o ponto de desenvolvimento que aparece aqui em andamento.

Por último e como há pouco não intervir nesta matéria, só deixar aqui uma nota Sr. Presidente da Assembleia, se me permite que era, como vamos ter assembleia com outros temas provavelmente, com orçamentos e matérias mais pesadas e só teremos relatório final em dezembro e uma vez que foi tornado público, queria aqui saudar a questão da aquisição do Cine São Gonçalo por parte da Câmara Municipal, acho que é muito importante que um património daqueles venha a posse do município para além de me congratular e da Junta de Freguesia se congratular com essa aquisição de um equipamento poderá vir a ser o primeiro equipamento municipal cultural na freguesia de Quinta do Anjo queria manifestar aqui desde já porque logo que soubemos da notícia também a abordámos em termos de executivo manifestar a total disponibilidade do executivo da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo de em parceria com a Câmara colaborar desde a primeira hora desde o programa preliminar e em futuras colaborações de gestão.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado.

Inês Garcia, MCCP."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Obrigada boa noite Sr. Presidente.

Muito obrigada pelo sumário que foi possível fazer. Queria começar por felicitá-lo aqui por uma iniciativa que eu vi que foi proposta pela "*Mubi – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta*" a alguns anos do método "*mapas metro-minuto*", é uma iniciativa muito boa e espero que venha acompanhada também com sinalização vertical para torna-la mais efetiva com os tempos.

É essencial, nós promovermos a mobilidade ativa, mobilidade suave, a mobilidade pedonal e tornar a mostrar às pessoas que por vezes os destinos não são assim tão longínquos e é preciso até por questões de saúde e de poupança a longo prazo é preciso incentivar que as pessoas andem mais a pé.

Pegando nisso, eu lamento saber que a rua José Luís da Silva Camolas foi pavimentada, é uma rua que é utilizada para as crianças irem para a Escola Secundária e não tem passeios, eu sei que é uma rua que não tem muita largura, mas sendo possível repensar uma rua do início uma repavimentação do início, eu lamento ver que é dada mais uma vez prioridade aos carros do que as crianças, do que aos peões que são mais vulneráveis do que os carros e, em vez de ter dois sentidos poderia ter um e ter passeios é uma é uma ideia, o trabalho está feito, agira já não há a fazer, mas é uma tristeza que no concelho de Palmela seja ainda priorizado o tráfego rodoviário em detrimento da segurança das pessoas, somos todos peões.

Por último só queria aqui voltar a felicitar pela iniciativa das mudanças para a Led da iluminação pública, só de notar que em alguns sítios, eu creio que seja excessivo a quantidade de lumens por metro quadrado, acho que poderíamos ir mais longe com a diminuição da intensidade luminosa em alguns sítios, os cinquenta por cento, se calhar, poderíamos ir mais longe, podemos ir mais longe também na janela horária, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções passo a palavra ao Sr. Presidente de Câmara e peço a sua capacidade de síntese faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, serei obviamente breve.

Parque de estacionamento da Quinta do Anjo, a obra estava em excelente ritmo eu próprio a visitava com frequência e estava desejoso de ver a pavimentação que é, sobretudo aquilo que falta e o mobiliário, mas só recentemente tive informação por parte da Sra. Vereadora e dos nossos técnicos que houve mais uma vez, um incidente com a "*E-Redes*" relativamente ao projeto de iluminação e obviamente, a empresa penso que terá suspendido ou pedido para suspender ali o ritmo e os trabalhos, porque depois se tiver que alterar traçados e rede, obviamente com o pavimento já executado, seria mais complexo.

Em todo o caso, pelo reporte que me fizeram segunda-feira, devem ter começado as correções e as pavimentações, ou seja, na próxima semana a obra deve voltar ao ritmo que já tinha e, portanto, não vai terminar muito após o prazo legal.

O "*HUB 10*" é uma obra complexa, primeiro foi o tratamento daquelas bermas e das caixas dos sumidouros para os poços de absorção, de infiltração, dos pluviais, porque não há ali sistemas pluviais nem onde entregá-los achamos que, de facto, a empresa, apesar de ter ali alguns os problemas e ter razões também para estar à espera do desvio dos postes por parte da "*E-Redes*" e por parte da "*Altice*" que estão de facto, a atrasar ali as intervenções, nós temos pressionado para que comecem já a berma que é parte de ciclovia de zona também de passeio misto, ciclovia porque só vai ter uma berma de um lado e ciclovia de outro, mas, de facto a empresa tem-se desculpado não só com problemas de fornecimentos, mas também com esta questão da "*Altice*" e da "*E-Redes*".

Temos feito pressão e a informação também que me chegou é que o empreiteiro já tem mais gente em obra e portanto, já no dia vinte e seis estava mais gente em obra, portanto, o nosso técnico que acompanha, fiscal da obra deu essa nota.

Rua Manuel Basílio e Rua João Petrónio, diz no relatório em execução, isto é terminologia técnica a partir do momento em que a obra está adjudicada e é assinado o auto de consignação dos trabalhos começou a contar o prazo e possivelmente a DIVEP mandou para o relatório esta informação em execução, mas a empresa deverá estar a chegar ao terreno ainda nem sequer o placard da obra chegou, mas está adjudicado não foge a não ser que a empresa fuja, mas isso é outra coisa, porque tem acontecido nas obras, este ano já tivemos duas obras adjudicadas em que as empresas já depois da consignação duas não, três, com a Quinta dos Farias pedem a rescisão do contrato e não têm condições para fazer a obra por diversos motivos, a explicação é esta, está adjudicado, é mais exato tem razão.

Inês Garcia, sem dúvida, nós estamos empenhados em criar um conjunto de práticas e de envolver a população nestes desafios globais e também apostamos não só na mobilidade suave mas precisamente na deslocação a pé para as escolas até temos feito algumas iniciativas em particular em Quinta do Anjo, com professores também com os nossos técnicos do município ligados ao "*Eu Participo*" e isso foi particularmente interessante no tempo da pandemia e quando retomaram as atividades letivas presenciais faziam-se quase excursões, eram excursões, mas era a pé, com pais que se revezavam acompanhando as crianças à escola, o que foi logo ali uma alteração substancial, aquela confusão que está a ver o que é, centenas de viaturas à mesma hora quererem deixar os meninos, porque são pequeninos à porta da escola, naquele curto arruamento o continua a acontecer um pouco

por todo o concelho e noutros sítios, mas, de facto, estamos apostados nisso há outras medidas que o Gabinete de Ambiente está a desenvolver e que se articularão com as outras políticas de micro mobilidade, de mobilidade e tudo isto até tem que ver com atração para o transporte público, aqui há tempos discutíamos com os operadores do mercado, a pressão que hoje é feita sobre os parques de estacionamento públicos da Câmara e para equipamentos públicos municipais por parte dos utilizadores do comboio, ainda bem que eles andam de comboio, mas, de facto, em vez de virem do limite do perímetro urbano do Pinhal Novo de carro, sozinhos, podiam deixar o carro em casa e vir a pé, porque se anda bem a pé naquela localidade, porque, enfim, também há um autocarro urbano às vezes também na passa a algumas horas, mas isso agora é o pão nosso de cada dia, isto para dizer que, de facto, estamos alinhados e acolhemos todas as propostas e sugestões que são tecnicamente corretas.

Rua José Luís da Silva Camolas, acredite que nós temos a mesma sensibilidade, mas tem que entender que não é propriamente um arruamento urbano, como outros onde estamos a reestruturar a pôr sentido único, a criar espaço para os peões e algumas ruas até torná-las ruas mistas, em que a prioridade é dada ao peão, ao ciclista e a viatura tem que andar devagar, tem cada vez menos espaço para andar para ver se eles não voltam por outro sítio, estamos a fazer isso progressivamente, mas, quando você tem um tecido urbano e um cadastro já consolidado ali com afastamentos que são insuficientes, nós temos no plano o afastamento ao eixo da via para determinados muros, para obrigar à cedência de espaço para domínio público e, de facto, arruamento já começava no Bairro Real, em valeta espraiada que também não tem passeio e, portanto, a opção técnica não conseguindo levar os particulares a cederem mais terreno ao município e na fase final da rua, ela até foi bastante complexa a questão da drenagem de águas e o morro que ali existe até a orografia, foi a solução que encontrámos, mas também conscientes de que aquela não é propriamente uma via para convidar alguém andar a pé, os miúdos não têm de ir a pé para a escola por ali, aliás, não iam a pé para a escola por ali, desculpe, eu também conheço local, um caso não são casos, a rua José Luís da Silva Camolas estava há muito no plano até para ter uma outra ligação à 379 que não é aquela interceção em curva e foi sempre considerada na estruturação das vias de primeiro nível, segundo nível, não como um arruamento urbano, mas como uma via de escoamento de trânsito da Avenida do Palmense para quem não quiser vir à 379 cá acima, ir à 379/2 e ter ali uma escapatória. Agora esse trabalho tem que ser feito, mesmo com iniciativas de promotores que ali queiram construir e que têm que ceder espaço público e, nalguns casos, têm que ser eles a fazer os passeios.

Não conseguimos ir mais longe nesta intervenção, mas garanto-lhe que noutras e, em particular nos novos espaços, esse conceito está devidamente integrado e, aliás, nos pareceres das nossas divisões de infraestruturas exigimos isso aos promotores e aos particulares e também exigimos isso às nossas obras, mas nesta não foi possível fazer.

Sobre as suas considerações sobre eficiência energética estamos de acordo, esse trabalho é possível, a aplicação tecnológica vai permitir isso, redução de fluxos, melhorar ali o controlo horário, ainda não temos também apagamentos quando for necessário e nós acompanhamos até as orientações que acabaram de sair por causa desta crise, dita crise energética, há um conjunto de medidas que vieram da tutela fala-se muito das iluminações de Natal, da redução das horas, mas há outras em que nós estamos em perfeito alinhamento e que até iremos mais longe com esta tecnologia, pois, diz-me o Sr. Vereador, que nalguns zona já iniciámos em junho antes de sabermos que vinham aí estas recomendações que têm uma semana, e portanto, estamos de acordo também com aquilo que nos sugere, propõe, para o qual nos alerta justamente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Vamos passar ao ponto dois, tratando-se de uma, diria eu, pequena alteração agradecia também que a intervenção fosse em consonância."

PONTO DOIS – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se por um lado inscrever parte do saldo de gerência que ainda não esgotámos e, por outro, introduzir o valor de quatrocentos e cinquenta e sete mil euros que vem do Orçamento Geral do Estado para a autarquia, porque o Orçamento de Estado só foi aprovado e publicado em dois de julho e, portanto, só agora é que estamos a atualizar as verbas que habitualmente colocamos no orçamento logo em novembro do ano anterior.

Também há aqui reforço de rubricas e de receitas que tem que ver com candidaturas em que tivemos sucesso umas do PRR, outras, a tal de candidatura da DGArtes, que também veio pelo PRR para algumas dinamizações no plano artístico, mas depois este crescimento é praticamente consumido por um conjunto de necessidades que temos precisamente relacionados com o aumento dos custos da energia. Para se ter uma pequena ideia não vou detalhar muito documento, costumo fazê-lo até para antecipar algumas questões, mas desta vez, ficarei à espera de questões se houver. Para além da reprogramação de algumas ações, para além da necessidade do reforço de verba para aquisição de terrenos para intervenções importantes que vamos fazer o que aconteceu aqui foi sobretudo uma lógica de reforços e anulações dentro das próprias unidades orgânicas de verbas remanescentes de um lado, para reforçar outras que se revelam insuficientes para reparações de viaturas e no caso da energia para não perder o raciocínio inicial, por exemplo, aparece aqui um reforço de duzentos mil euros na água, o que isto tem que ver é com duzentos mil euros para pagar energia, custos com o aumento da fatura de energia nas captações de água, nós temos trinta e oito, captações de água no concelho aquilo está sempre a bombar funciona muito e, de facto, não obstante as medidas que temos de variadores arrancadores suaves, variadores de velocidade, para reduzir os consumos, olhe é como noutras coisas da eficiência energética, os preços disparam e temos também empresas com quem tínhamos contratos até para as instalações do município não era a "E-Redes" era outras empresa que ganhou o concurso e que tinha preços muito competitivos que denunciam os contratos, porque não conseguem fornecer aquele valor.

Temos aqui várias rubricas uma de duzentos, de cinquenta, outra de setenta, que tem que ver com consumos de energia, mas também os combustíveis lubrificantes etc. De resto, são pequenos ajustamentos, que não merecem aqui politicamente nenhuma referência particular, reforçamos nos transportes escolares, retiramos aqui uma verba nas refeições, porque o contrato está feito e, portanto, este dinheiro só vai ser pago nos próximos anos, já agora dizer que foi um contrato de milhões para as refeições escolares que desta feita somos nós que fornecemos até ao secundário, dois milhões e qualquer coisa e, portanto, depois também há aqui um reforço para atribuição de apoios a entidades e instituições que tem que ver com protocolos e compromissos com o nosso movimento associativo, com a IPSS, e há também aqui umas trocas na parte das redes de ampliação e remodelação de redes de águas que tem que ver também com concursos, foram lançados e outros que já não vamos pagar este ano, porque entre a adjudicação e o pagamento, nós temos é que ter dinheiro, os autos deste ano não esgotam o dinheiro que lá está e a despesa vai cair no ano seguinte e, portanto, temos que colocar o dinheiro nos anos seguintes.

Eu estava a dizer que era duzentos mil euros na captação de estações de tratamento e reservatórios, mas são duzentos e quarenta, afinal estava a fazer isto mais barato, portanto, grosso modo são estas as explicações, o nosso orçamento cresce, enfim, pouco significativo percentualmente, mas esta verba está toda ela comprometida já com estas ações que depois são detalhadas no Plano Plurianual nas Grandes Opções do Plano."

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, ficamos com um orçamento de oitenta e um ponto três milhões de euros.

Intervenções sobre esta matéria?

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda faz favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito obrigada Sr. Presidente.

A questão que eu trago aqui hoje é relativamente e visto que estamos a falar de uma modificação ao orçamento é relativamente ao incêndio dia treze de julho, qual é o apoio financeiro? Se já está estipulado essa verba, o valor em si de apoio aos proprietários e aos agricultores que foram afetados pelo incêndio.

Disse Sr. Presidente, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Carlos Valente, MCCP."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em relação a esta matéria, portanto, estamos na 4ª Alteração Modificativo do Orçamento e, portanto, aqui o MCCP, manterá a sua o seu sentido de voto em abstenção, dando aqui um bocado o benefício da dúvida ao executivo para realizar o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Palmela, como o Sr. Presidente da Assembleia disse mesmo agora oitenta e um milhões e esperamos que corra bem, temos algumas dúvidas quanto à execução derivado a muitas notas que Sr. Presidente da Câmara tem dito ao longo do ano e não queria deixar passar este momento sem pedir ou fazer uma sugestão para que o próximo orçamento que estará para breve, estamos agora na 4ª Alteração Modificativo deste, mas, o próximo terá que ser apresentada em breve que nos seja apresentado, pedimos com pelo menos seis dias úteis de antecedência para que possamos estudá-lo com algum detalhe, aquilo que não aconteceu o ano passado, porque nós também não tínhamos esse conhecimento.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não vejo mais intervenções, Sr. Presidente de Câmara, faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Tânia Ramos, o apoio às pessoas que tiveram prejuízos por via do incêndio não tenho uma rubrica específica e em bom rigor legalmente não pode haver, não há nenhum fundo de emergência municipal para este efeito e para ele haver tinha que haver outras determinações a nível nacional.

Nós estamos a apoiar e isso está a distribuído por verbas que vão desde a Proteção Civil ou até a própria Rede Viária ou até a própria Divisão de Serviços Urbanos, há fornecimento de alimentação a animais, há fornecimento de água, construção de vedações, só que estão a ser feitas pelos nossos serviços por administração direta. Nós contabilizaremos tudo aquilo que está misturado nas várias unidades orgânicas e, aliás, já o fizemos na primeira reunião que tivemos aqui no pretérito dia dezassete, e temos outra para dia para dia vinte e cinco de novembro com a população e com os vários agentes mais afetados, fazemos sempre o balanço do investimento que já foi feito por parte do município e portanto, é a tutela que tem determinado esses programas de apoio e o município tenta complementar com os seus meios e com os seus recursos e até com o apoio de alguns mecenas, e depois há outro tipo de apoios, nós, por exemplo, nesta alteração, temos aqui um reforço para o apoio a associações de bem-estar animal, quando já atribuímos a essas associações o apoio anual e tem que ver com o incêndio é que, de facto, tem estado a fazer um trabalho notável, não só no dia recolhendo, mas de tratamento e acompanhamento e cuidados médico-veterinários e que nós vamos apoiar financeiramente, mas para faze-lo primeiro, temos que aprovar o orçamento, porque não estava previsto e outras questões que aqui estão tem que ver com a limpeza dos terrenos, deviam ser os proprietários a fazê-lo, mas a remoção daquilo que pode ser removido, queimados etc., de madeira, mas, enfim, outras vão ter que ficar no local a fazer contenção de areias

esse trabalho tem estado a ser adjudicado ao exterior também já está aqui, aliás, foi numa permutativa de outra reunião, não precisou de vir à modificativa, fomos a uma rubrica, onde tínhamos saldo e reforçámos cento e sessenta mil euros só para trabalhos de rescaldo do incêndio. Mas nós depois podemos um dia apresentar a contabilização de todo o investimento municipal aquilo que são custos internalizados e aquilo que foram aquisições de serviços, ou de bens ao exterior, para se ter uma ideia deste apoio e da rede que temos, felizmente, temos também muita gente a querer apoiar, mas isso também deve ser contabilizado, poderemos fazer esse balanço lá mais para a frente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Não havendo intervenções votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com doze votos a favor da CDU e dezanove abstenções (nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, ponto três.

Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO TRÊS – Nomeação do Auditor externo nos termos do art.º 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado Sr. Presidente.

Esta é uma proposta eminentemente técnica, trata-se da nomeação do auditor externo foi desenvolvido o procedimento de acordo com a lei, as competências do auditor estão definidas na proposta, trata-se de trazer à Assembleia que é quem delibera também sobre esta matéria o relatório final de apreciação das propostas do procedimento concursal elaborado pelo respetivo júri, a cópia da proposta da empresa que ficou ordenada em primeiro lugar e é obrigatório também a apresentação do registo da sociedade na ordem dos revisores oficiais de Contas e, portanto, cumpre-me trazer a proposta e ficar disponível para algum pedido de esclarecimento que é uma questão puramente técnica."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Alguma intervenção? Não havendo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP e um do BE) e cinco abstenções (três do PPD/PSD e dois do CH).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto quatro, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO QUATRO – Constituição de direito de superfície a favor da União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O Município é proprietário de uma parcela de terreno sita na Rua 25 de Abril, Cajados, no valor patrimonial tributário de vinte e sete mil, novecentos e noventa euros e localização que se anexa.

A União das Freguesias de Poceirão e Marateca expressou a pretensão de garantir um espaço alternativo para onde pudesse transferir a sua delegação de Cajados, por forma a melhorar o atendimento dos munícipes residentes daquela zona e também tem a intenção de fazer no local um espaço de jogo e recreio um espaço intergeracional de encontro e de convívio para aquela comunidade que é muito dispersa e que não existe naquela zona, aliás, na edição de dois mil e vinte do "Eu Participo Munícipes", foi a proposta mais votada nomeadamente a construção de um parque de recreio e lazer na zona de Cajados.

Pois bem, conseguimos adquirir este terreno, temos aqui uma proposta de constituição de direito de superfície para ceder à União de Freguesias, o terreno durante cinquenta anos, se não estou em erro, que é aquilo que habitualmente se põe nestes direitos de superfície. A União de Freguesias tem um conjunto de obrigações, ao município competirá acompanhar o desenvolvimento do objeto contratual porque a Junta tem efetivamente que realizar aquilo que se propõe lá fazer sob pena de depois do imóvel, poder ser acionado o direito de reversão para o município e, portanto, esta cedência compete à Assembleia Municipal deliberar e a Câmara aprovou por unanimidade e traz isto à consideração da Assembleia."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente, muito obrigado.

Intervenções sobre este ponto quatro da ordem de trabalhos? Não existindo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto cinco 5 da ordem de trabalhos, Sr. Presidente de Câmara."

PONTO CINCO – Desafetação do Domínio Público e constituição de Direito de Superfície a favor da Fundação COI para a construção de Estrutura Residencial assistida no âmbito da Estratégia Local de Habitação;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A Estratégia Local de Habitação (ELH), aprovada pelos órgãos municipais em dois mil e vinte e um e com o acordo de colaboração já celebrado com o IHRU, identifica, como resposta habitacional a dezasseis agregados familiares, a Medida 2.2 que estabelece a necessidade de construção de alojamentos em tipologia habitacional para idosos e pessoas portadoras de deficiência com autonomia, medida esta que deverá ser promovida por entidades do 3º setor ou seja a nossa estratégia que foi aqui aprovada, visa construir e reabilitar e pôr no mercado e no 1º direito e no social cerca de trezentos fogos, mas tem depois, do diagnóstico feito, também esta necessidade específica e que compete ao 3º setor, entenda-se IPSS, Fundações e outros agentes promovê-lo e para o efeito têm financiamento do PRR e, portanto, o município tem que estar articulado com as associações e embora a medida preveja até financiamento para aquisição de terreno por parte dessas entidades, a entidade identificada e que se propôs intervir nesta medida, solicitou se o município tinha um terreno bem localizado e que pudesse ser aproveitado para o efeito, e assim foi, identificámos um terreno na freguesia de

Quinta do Anjo, na zona de Brejos de Carreteiros, uma zona também já urbanizada, devidamente infraestruturada onde o município é proprietário de uma parcela que tem até uma área muito superior àquela que é necessária e, portanto, temos ali condições na mesma, para fazer valer a afetação daquela parcela, tal como estava no alvará de loteamento que é ter ali espaço ainda assim, para equipamentos coletivos e outros equipamentos que o município ali queira implementar.

Foi feito um estudo prévio de ocupação do solo habitacional em causa, temos que fazer aqui como isto tinha cedido para equipamento, temos que desafetar esta parte do domínio público para o domínio privado municipal para que depois possamos do domínio privado municipal ceder em direito de superfície e, portanto, para que isto seja possível cedermos este terreno de cinco mil trezentos e trinta metros, para este complexo habitacional que é quase um condomínio, mas que tem depois também para além do alojamento para estes cidadãos e cidadãs tem também serviços de apoio tipo lavandaria e outros serviço de proximidade que habitualmente, estes cidadãos com deficiência ou idosos com maiores dificuldades, mas ainda com alguma autonomia, necessitam. O que se propõe é que ao abrigo da legislação aplicável, a Assembleia possa aprovar a desafetação do domínio público desta parcela, estão aqui as confrontações, o levantamento topográfico também terá acompanhado a proposta, que seja deliberada a cedência gratuita da parcela a favor da Fundação COI em regime de direito de superfície também por cinquenta anos.

Esta parcela ainda não tem valor patrimonial tributário atribuído, porque ainda não foi desafetada do domínio público para o domínio privado, de qualquer forma através de processo de avaliação com avaliador oficial, nós estimamos já um valor patrimonial tributário de cento e noventa mil cento e quarenta euros.

Obviamente a Assembleia terá de aprovar que a referida cedência se destina exclusivamente à construção desta estrutura residencial assistida chamada habitação colaborativa para idosos e pessoas portadoras de deficiência com autonomia no âmbito desta "*Medida 2.2*" a estratégia local de habitação e que seja também já deliberada a constituição do direito de superfície, isto tem que ser quase tudo em simultâneo, passa para domínio privado cede-se o direito de superfície para que isto seja eficaz o mais o mais breve possível, naturalmente, tal como noutras cedências o direito de superfície reverte a favor do município. Se dentro de cinco anos após a celebração do contrato, a obra não se encontre concluída ou em funcionamento, nalguns é iniciada, mas, neste caso tem que estar concluída ou em funcionamento, isto tem que ver com o prazo da estratégia local de habitação e com o financiamento que já está assegurado, do "*PRR-Plano de Recuperação e Resiliência*" por via da candidatura da estratégia do município.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Sobre esta proposta intervenções por favor? Não havendo intervenções, vamos votar.

Eu não voto se me permitem embora como voluntário, sou Presidente do Conselho de Curadores da Fundação COI, portanto, não votarei esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto número seis, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO SEIS – Revogação da deliberação de 30 de junho 2016 – Constituição de direito de superfície a favor da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou procurar contextualizar, mas, resumidamente em dois mil e dezasseis, depois de intensas negociações e, quando já se falava da saída do Centro Distrital de Operações de Socorro da Proteção Civil de Palmela, o município com o Secretário de Estado à época e com um conjunto de diligências feito também pelos corpos de bombeiros da península, embora a abrangência seja distrital, procurou junto da tutela garantir a cedência de um terreno que foi aqui na assembleia também devidamente aprovado para a construção deste Centro Distrital de Operações de Socorro de Setúbal em Palmela, numa localização estratégica num terreno extraordinário.

Entretanto, o Governo deixou de ter verba para se candidatar ainda no anterior quadro à construção deste tipo de infraestruturas e em simultâneo com alterações à lei orgânica da Proteção Civil e outras foram criados agora uns comandos regionais, que afastam um bocadinho os comandos aqui da península, enfim, também em tempo, tivemos todos oportunidade de pronunciarmo-nos sobre isso e de contestar essa nova organização, mas ainda assim, este comando existe está dependente do regional, mas existe e vai funcionando nas instalações que estão, penso, que alugadas à Associação de Bombeiros de Palmela.

Houve esta alteração e houve durante todos estes anos, até agora uma sistemática ausência de resposta e eu diria até de aceitação, porque não assinaram connosco, depois o protocolo do terreno ora, nós consideramos que isto não se justifica continuarmos à espera de uma resposta que não vai existir. Eu procurei ter essa resposta por escrito da atual Secretário de Estado, com quem ainda hoje falei sobre outras matérias também de interesse para o concelho e, portanto, não respondem pura e simplesmente, dizem-nos que, "*depois, isso não vai ser possível*" mas por escrito nunca nos responderam.

Consideramos que este património não pode estar aqui em suspenso, temos outros investimentos, e equipamentos, e serviços importantes para atrair para o concelho que ficarão muito bem ali naquele terreno, mas não é esse agora o objeto da apreciação e da discussão, temos é que voltar a propor para que o terreno volte à nossa posse para fazermos dele o que o município e os seus órgãos entenderem, temos de trazer à Assembleia a revogação da deliberação que tomámos em trinta de junho e informar a atual Secretária de Estado que, assim não brincamos, portanto, se não há investimento o terreno volta ao município e quando houver alguma intenção para o mesmo naturalmente, a Assembleia, de direito, será informada e será o órgão deliberativo que acompanhará ou não essa proposta do município."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, é perfeitamente entendível a revogação.

Intervenções neste ponto?

Carlos Valente MCCP, faz favor."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Só queria interpelar aqui o Sr. Presidente da Câmara, porque aqui na proposta é mencionado, "*Entretanto foi anunciada pelo Ministério da Administração Interna a instalação dos comandos sub-regionais de emergência e proteção civil assim, como estabelecida a respetiva localização não considerando o concelho de Palmela*", esta parte, o Sr. Presidente não mencionou em que localização é que vai estar, e porque volvidos, penso que, se percebi bem vinte e seis anos, não houve diálogo entre o Ministério da Administração Interna e a Câmara Municipal de Palmela, o que é que se passa, o que é que aconteceu, porque é que somos tão mal tratados, não é?"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Não?

Sr. Presidente de Câmara, faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Houve uma alteração orgânica que criou os comandos sub-regionais e que os pôs em Lisboa e os regionais, pronto é Lisboa, porque passaram a ver isto ao nível metropolitano, abandonando a lógica do distrito. É uma decisão do Governo. E nós manifestámo-nos contra isso, não por causa desta questão em concreto, por outras questões que temos da leitura da intervenção da Proteção Civil de que fazemos parte e da sua capacidade operacional.

Sobre a outra questão penso que esta está esclarecida. Diálogo há com o Governo e há com todas as instâncias e com todas as forças políticas e nós somos persistentes e temos um diálogo com propostas fundamentadas e consistente. Há questões que têm que ser colocadas ao Governo e à tutela já agora partilho a questão que coloquei hoje à Sra. Secretaria de Estado, como é que as três corporações de Palmela com uma média de idades de viaturas acima dos vinte e cinco anos ficaram de fora das oitenta corporações que vão ter veículos novos. Foi a pergunta que fiz, e o que é que vamos fazer, agora no "*2030*" já ao nível da Área Metropolitana de Lisboa que nós já sabemos que não há dinheiro nenhum, que vai ter só financiamento a quarenta por cento, porque somos ricos, talvez possam depois candidatar essas viaturas, mas não são as urbanas são as dos incêndios florestais também não soube dizer, portanto, a consequência desta conversa, um dia anunciaremos e falaremos e certamente, as nossas associações também tomarão a palavra sobre isto e eu adivinho o que é que vai acontecer na sessão solene dos bombeiros de Palmela em novembro, advínhamos todos o que é que vai acontecer, vão ser ditas coisas muito duras a este propósito e nós naturalmente, representamos as nossas associações queremos o melhor para elas, investimos muito nelas vamos apoiar neste domínio, aliás, temos compromissos escritos aprovados em Reunião de Câmara das percentagens de comparticipação que estamos disponíveis a investir com dinheiros do município, numa competência que é do Estado Central, é da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a competência de equipar os nossos bombeiros e os senhores sabem que mal dos bombeiros se não fossem muitos municípios deste país, mas, isto agora foi aqui uma nota de rodapé, mas dialogamos bem todos os dias."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não havia mais intervenções, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Se me permitem, eu juntaria embora tenhamos que votar separadamente os pontos sete, oito, nove e dez, pediria ao Sr. Presidente de Câmara, uma intervenção de apresentação dos autos de transferência de competências recursos do município de Palmela para as diferentes juntas de freguesia e faríamos depois intervenções conjuntas sobre os quatro pontos faz favor, Sr. Presidente."

PONTO SETE – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Palmela;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

O ponto sete diz respeito aos autos de transferência de competências e de recursos do município para a Junta de Freguesia de Palmela, no âmbito da lei 50/2018 que atribui às freguesias várias competências até à data exercidas pelos os municípios e não se trata de uma delegação trata-se mesmo de uma transferência efetiva.

Há depois o decreto-lei 57/2019 e só para este enquadramento para a primeira, porque o resto é mais ou menos igual, concretiza esta transferência de competências, nós já temos esta prática de descentralização bem sedimentada e avaliada e implementada há muitos anos fomos, aliás, pioneiros aqui no nosso território nestas matérias.

Os vários órgãos do município e das freguesias numa primeira fase definiram no âmbito desta lei, quais eram as competências que deviam manter-se na esfera municipal e as que deveriam transitar para as freguesias, isso foi também aprovado pela Assembleia Municipal.

Foram realizadas diversas reuniões preparatórias entre o município e neste caso, a Junta de Palmela para consensualizar as condições e os prazos para uma descentralização de competências justa equitativa e eficaz e foi então acordado que por exemplo tendo em conta a complexidade das funções, a transferência de competências na área dos espaços verdes e na área da limpeza urbana, por exemplo, apenas deverá ocorrer com início em janeiro de dois mil e vinte e três, dando-se assim mais tempo à junta para preparar todos os procedimentos necessários, nomeadamente o recrutamento etc. porque há situações em que vai pessoal e há situações em que pagamos para que as juntas contratem pessoal, empresas, etc. e tudo isto tem prazos que têm de ser cumpridos e começar já no dia um de outubro para a Junta Palmela que nunca teve nos protocolos e acordos, vou dizer contratos interadministrativos e acordos de execução nesta experiência, ao contrário de Quinta do Anjo, que já tem parte e da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, não está preparada para começar no dia um de outubro, que é daqui a dois dias, a exercer a competência e, portanto, tínhamos que dar aqui mais tempo à Freguesia de Palmela.

O que se propõe, depois, estão aqui os autos, os valores, os números do pessoal, as zonas a intervencionar etc., é que possamos aprovar a transferência de competências e de recursos para a Junta de Palmela com vigência, a partir de um de outubro, na realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar do 1º ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar, e do 1º ciclo do ensino básico, isto vai já a um de outubro, porque já tínhamos esta prática em vigor.

Também a manutenção, reparação, e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, bancos, papeleiras, pilaretes, está tudo devidamente recenseado, também para começar já a um de outubro com os valores, com as quantidades, com aquilo que aqui está nos respetivos autos e anexos.

Depois para começar a um de janeiro, a gestão e manutenção de espaços verdes em parte do território, porque há outros que vão ficar ainda com o município e está aqui a listagem e a limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, a chamada varredura urbana, mecânica e outros na área da freguesia, mas também a partir do dia um de janeiro.

A proposta seguinte é da mesma natureza tem o mesmo enquadramento e o que se propõe para a Junta de Pinhal Novo é também a aprovação dos autos de transferência de competências e de recursos com início a um de outubro também para a realização de pequenas reparações, estabelecimentos de pré-escolar, etc., também a manutenção reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público e neste momento, só trazemos isto e não trazemos ainda a limpeza urbana, e os espaços verdes, como trazemos para Palmela, mesmo a começar a um de janeiro que é quando pretendemos começar, porque de facto, o acordo ainda não está concluído, portanto, ainda estamos a identificar questões que temos de ultrapassar para consensualizar e depois trazer também ainda este ano à Assembleia Municipal.

No que diz respeito à Quinta do Anjo, como já tinha esta prática ao abrigo de contratos interadministrativos e acordos de execução começa já tudo dia um de outubro tem é estes instrumentos reforçados em termos financeiros, no número de unidades funcionais de trabalho, etc. e, portanto, ficará já a partir de sábado, mas só comecem a trabalhar segunda-feira está bem.

A gestão e manutenção de espaços verdes, a limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, uma coisa que só Quinta do Anjo tem, a gestão e manutenção dos mercados municipais de Quinta do Anjo e Cabanas, as reparações no pré-escolar, no 1º ciclo, logradouros, etc. manutenção e reparação de mobiliário urbano instalado no espaço público.

Depois proposta número dez, União de Freguesias de Poceirão e Marateca, também consideramos já a experiência e a prática nesta área, também está em condições de começar no dia um de outubro com a gestão

e manutenção de espaços verdes, a realização de pequenas reparações dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, e manutenção dos respetivos espaços envolventes, manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano, o espaço público, limpeza de vias e espaços públicos sarjetas e sumidouros.

O que é que falta aqui aduzir, isto foi um processo de negociação bem ponderado dos valores, já tínhamos experiência, mas conhecemos também outras experiências do processo de transferência no último ano, dois anos, noutros municípios afinamos melhor ainda o articulado dos nossos autos com um aspeto que eu considero muito importante e de inteira justiça que é de atualização de valores que venha a haver, enfim, nos salários, a inflação na compra de bens e serviços etc. Aliás, já nos contratos, tínhamos a metodologia dos acertos de contas quando se ultrapassava, mas achamos que este princípio é ainda mais transparente e mais justo, isto significa que, se calhar, em março, já estamos a renegociar isto tudo outra vez, o que é chato e é aborrecido, mas isto é porque esta lei no nosso entender devia de ser outra, isto devia vir diretamente do Orçamento Geral do Estado e vão receber diretamente do Orçamento do Estado, a câmara deixará de estar mensalmente, a transferir os duodécimos o que vai acontecer é que já em outubro, a Direção Geral da Autarquias Locais retira a verba toda à câmara e passa até quinze de outubro a entregar em duodécimos às freguesias.

Fundamental referir que este processo foi bem negociado, terá merecido, julgo a informação que tinha a aprovação nos Órgãos das Freguesias, de Executivos e respetivas Assembleias, mas tem de ser a Assembleia Municipal, o órgão deliberativo por excelência a fechar estas aprovações.

A verba a transferir para as nossas freguesias, como é normal sobe, embora o princípio que está na lei era o do não aumento da despesa pública. Os legisladores são sempre muito dependentes do Ministério das Finanças, mas, de facto, isso é impossível, porque também se queremos um melhor serviço de proximidade e se os recursos eram escassos e é necessário ampliar esta capacidade de resposta, nós tínhamos que atualizar valores e tínhamos que dar mais à junta do que aquilo que a câmara tinha para fazer algumas destas competências.

O valor, tenho aqui uma nota que gostava de partilhar convosco, os valores estão aqui, mas os globais se calhar é importante sabermos o valor tendo aqui, a nota de que são valores de estimativas no que diz respeito a Pinhal Novo, porque não está fechado, ainda nós temos em média de transferências para as juntas, neste momento, se calhar, um milhão e trezentos mil euros, e vamos passar a ficar, já não vamos transferir, vamos retirar do orçamento municipal dois milhões cento e sete mil euros, para o exercício destas competências pelas Juntas de Freguesia e ainda não estão aqui os outros contratos que vão continuar não no âmbito da transferência, mas de outro tipo de descentralização, nem equipamentos nomeadamente varredoras mecânicas que ainda vamos adquirir para entregar às juntas e também ainda há aqui um outro custo que é importante a assembleia saber porque ele fica no orçamento da Câmara, por exemplo não falámos que esta alteração modificativamete lá mais de cento e sessenta mil euros para comprar duas varredoras para entregar às Juntas. O aluguer de instalações que hoje são instalações alugadas pelo município, continua por enquanto, a ser suportado pelo município até cedermos a posição contratual e isso também vai implicar quando cedermos a posição contratual a transferência de financiamento para fazer face a estas despesas. Nós, de facto, pensamos que as juntas poderão fazer melhor, eu acredito, também só poderão fazer melhor com mais recursos e, portanto, achamos que este é o caminho, as populações poderão vir a ser melhor servidas na nossa perspetiva e não deixaremos de continuar a apoiar, e a complementar, e a dar o apoio técnico que as nossas juntas de freguesia necessitarem em todo este processo.

Disse, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Sobre estas propostas dos autos de transferência para as Juntas de Freguesia, intervenções?

Jorge Mares Partido Socialista."

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, respetiva mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, caros colegas da Assembleia Municipal, público, comunicação social, funcionários municipais presentes, boa noite a todos.

Isto é um tema gratificante. Penso que hoje estamos a fazer um pouco de História aqui não é, portanto, já andamos a trabalhar há uma quantidade de anos nestas questões de descentralização e muito trabalho se fez ao nível desta descentralização que tem sido feito ao longo destes anos, mas agora esta descentralização tem outro nível, porque acaba por descentralizar para as freguesias maiores responsabilidades e isso é, de facto gratificante e também é um desafio para todos nós, para as Juntas de Freguesia e também, naturalmente e só pode ter sucesso, se tivermos também uma população consciente e a trabalhar connosco.

O PS está por razões históricas ligado à reforma da Administração Pública onde se inclui o processo de descentralização de competências. Esta matéria é cara ao Partido Socialista, que na sua génese tem manifestado a intenção de promover e defender os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa, e da autonomia do poder local. Há uma certeza, o país para se tornar mais competitivo, inovador e cientificamente credível, necessita de reformas estruturais e esta é aquela que mais contribui para consolidar democracia participativa, possibilitando uma participação mais ativa entre os órgãos da Administração Central e Administração Local e mais proximidade entre os centros de decisão e os territórios as comunidades e os cidadãos, permitindo assim, uma melhor realização dos seus interesses.

As transferências de novas competências, trata-se de um avanço significativo, o modelo progressista de organização do Poder Local como força motora e essencial de compromissos com o desenvolvimento do país, com enfoque na autonomia administrativa, financeira, e patrimonial, na coesão territorial e, na garantia de transferência de recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados.

Por coerência o PS votará favoravelmente os autos de transferência e os contratos interadministrativos penso que estará aí no ponto onze, que é o contrato interadministrativo com a Quinta do Anjo, que hoje aqui serão apresentados e discutidos e aprovados, apelando para uma monitorização e avaliação contínuas referente a aplicação dos mesmos.

Da nossa parte estaremos totalmente disponíveis para realizarmos todos os acertos possíveis com vista a qualificação e a uma resposta racional equilibrada que corresponda às expectativas geradas pelas populações que acreditam e confiam nos investimentos em respostas de proximidade, como testemunham a experiência dos acordos Interadministrativos e protocolos de descentralização em que o município de Palmela e as suas freguesias são pioneiros.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Carlos Almeida, CDU faz favor."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia, em V. Exa. cumprimento todos os membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara cumprimento e cumprimentando torna-se cumprimento extensível às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, cumprimento os trabalhadores municipais, a comunicação social e o público que nos acompanha.

É conhecida de todos vós a posição dos autarcas da CDU sobre esta matéria. A descentralização em marcha, como é denominada manifesta a profunda desvalorização das freguesias e do seu papel, colocam-se entropias na reversão da extinção das freguesias, acentuou-se a sua dependência relativamente aos municípios não se promoveu e alargou as suas competências próprias e meios diretamente atribuídos ao invés sobrecarregou se ainda mais os erários municipais. O argumento da proximidade tornou-se uma falácia o princípio da subsidiariedade aponta, de facto, que as competências devem ser exercidas por quem tiver as melhores condições, as melhores condições para desenvolver adequadamente as políticas carecem de proximidade princípio, aliás, que cede constitucionalmente ao valor fundamental da universalidade, isto é, a igualdade de

oportunidades de acesso e da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, com esta pretensa descentralização agravaram-se substancialmente as condições e a capacidade de atuação das autarquias municipais forçadas a retirar recursos das suas atuais atribuições sob pena de se manterem ou agravarem as condições precárias em que funcionaram hoje muitos dos serviços dependentes da Administração Central e ainda são chamadas a suportar o exercício de competências para as freguesias, felizmente em Palmela, têm parado um diálogo frutuoso e a resolução dos interesses e legítimos direitos das populações e a pedra de toque do trabalho interinstitucional em curso e plasmado em cada auto, mas, o fazer mais com menos, a consigna neoliberal da gestão da coisa pública e há poucos anos atrás, não pode apresentar-se hoje retocada sob a forma de fazer mais com o mesmo a vida darmos a razão.

Muito obrigado, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Almeida.

Mais alguma intervenção? Não? Votamos individualmente as diferentes propostas se faz favor, ponto sete."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto oito, Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo."

PONTO OITO – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto nove, Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

PONTO NOVE – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto dez, Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a União de Freguesias Poceirão e Marateca."

PONTO DEZ – Autos de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a União de Freguesias Poceirão e Marateca

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Entramos no último ponto da ordem de trabalhos a dois minutos da meia-noite, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO ONZE – Celebração de Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito Obrigado.

Contextualizar o porquê desta proposta em separado, com a Junta de Quinta do Anjo, nós tínhamos vários contratos interadministrativos em várias áreas num único documento. Os mercados, por exemplo, estavam nesse único documento e passaram a ser agora uma transferência própria por via da deliberação que acabámos de tomar e, por isso há a necessidade de aprovar autonomamente um novo contrato interadministrativo que, aliás, está em vigor, mas para não haver interrupção, cai o anterior documento em bloco e temos de aprovar a celebração de contratos interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo para a limpeza e conservação de espaços desportivos, descobertos e de jogo e recreio municipais que as outras freguesias também já têm mas, volto a dizer, isto estava tudo junto num documento e juridicamente viu-se que era necessário agora alterar e voltar a aprovar para estes últimos meses do ano e também, o contrato interadministrativo para a reposição de pavimento e calçada ou outros.

O primeiro tem um valor anual de trinta e dois mil cento e quarenta e cinco euros, e o segundo o valor anual de vinte e três mil setecentos e cinquenta euros. É evidente que não é esta verba que vai agora para estes últimos três meses, mas, pronto, não há grandes questões de conteúdo e de forma a explicar, porque já havíamos aprovado o ano passado a atualização, agora é apenas a formalização autonomizando daqueles que passaram a fazer parte das transferências de competências."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Intervenções sobre outro ponto? Não existindo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Agradecer a participação de todos e todas e recordar-vos o convite para onze de outubro, apresentação do PDM de Palmela pelos técnicos em conjunto com a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal já fiz chegar numa sessão de trabalho, não há uma formalização, não é uma sessão da Assembleia Municipal, é uma sessão de trabalho, já fiz chegar junto dos diferentes líderes de bancada, o convite ou a informação e, portanto, quando eu faço chegar junto dos vários líderes de bancada, o meu objetivo é que eles, enfim, disseminem a informação é isso que faço sempre, portanto, agradeço na medida do possível que o façam também muito obrigado, foi um gosto, muito boa noite."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata, que eu**, Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques**, na qualidade de Segunda Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos trinta dias de setembro de dois mil e vinte e dois.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Segunda Secretária

Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques